



***PESCA DESPORTIVA EM
ALBUFEIRAS DO CENTRO E SUL
DE PORTUGAL:
CONTRIBUIÇÃO PARA A
REDUÇÃO DA EUTROFIZAÇÃO
POR BIOMANIPULAÇÃO***

Relatório Final de Protocolo de Investigação

Lisboa, Outubro 2010

EQUIPA TÉCNICA

Prof^a Maria Teresa Ferreira (Coordenadora), ISA
Eng^o Adolfo Franco, AFN
Eng^a Susana Amaral, ISA
Eng^o António Albuquerque, ISA

Com a colaboração do Prof Ramiro Neves (IST)
Eng^o David Brito (IST)

Índice

Índice de Gráficos	iii
Índice de Tabelas.....	iv

Capítulo III. Resultados do “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores” realizado pela Direcção Geral das Florestas em 1998 e 1999

3.1. Introdução	III.1
3.2. Contextualização do Projecto	III.2
3.3. Apreciação dos resultados obtidos no inquérito realizado em 1998	III.4
3.4. Apreciação dos resultados obtidos no inquérito realizado em 1999	III.28
3.5. Considerações finais.....	III.52

Índice de Gráficos

Gráfico 3.3.1. Antiguidade no exercício da pesca desportiva (% de pescadores desportivos)	III.5
Gráfico 3.3.2. Locais de pesca mais frequentados em 1997 (%).....	III.6
Gráfico 3.3.3. Frequência de pesca em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.7
Gráfico 3.3.4. Associativismo em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.7
Gráfico 3.3.5. Mobilidade em relação ao local de residência em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.8
Gráfico 3.3.6. Periodicidade de alojamento em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.9
Gráfico 3.3.7. Tipo de alojamento utilizado em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.10
Gráfico 3.3.8. Despesas em material e deslocações em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.11
Gráfico 3.3.9. Disponibilidade de embarcação em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.12
Gráfico 3.3.10. Património em material de pesca em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.13
Gráfico 3.3.11. Espécies aquícolas pescadas em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.14
Gráfico 3.3.12. Iscos utilizados para algumas espécies em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.14
Gráfico 3.3.13. Evolução das capturas em 1997 em relação ao ano anterior (% de pescadores desportivos).....	III.15
Gráfico 3.3.14. Saldo das capturas em 1997 em relação ao ano anterior	III.16
Gráfico 3.3.15. Espécies aquícolas preferidas em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.17
Gráfico 3.3.16. Quantificação da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.18
Gráfico 3.3.17. Qualificação da fiscalização, em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.19
Gráfico 3.3.18. Frequência da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.20
Gráfico 3.3.19. Entidades fiscalizadoras em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.20
Gráfico 3.3.20. Elementos fiscalizados em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.21
Gráfico 3.3.21. Dados pessoais dos inquiridos – género (% de pescadores desportivos).....	III.22
Gráfico 3.3.22. Dados pessoais dos inquiridos – idade (% de pescadores desportivos)	III.23
Gráfico 3.3.23. Dados pessoais dos inquiridos – grau de escolaridade (% de pescadores desportivos).....	III.24
Gráfico 3.3.24. Dados pessoais dos inquiridos – profissão (% de pescadores desportivos)	III.24
Gráfico 3.3.25. Dados pessoais dos inquiridos – região de residência (% de pescadores desportivos).....	III.26
Gráfico 3.3.26. Dados pessoais dos inquiridos – tipo de licença requerida em 1997 (% licenças concedidas)	III.27
Gráfico 3.3.27 Região onde foi requerida a licença de pesca em 1997 (% pescadores desportivos).....	III.28
Gráfico 3.4.1. Antiguidade no exercício da pesca desportiva (% de pescadores desportivos)	III.29
Gráfico 3.4.2. Locais de pesca mais frequentados em 1998 (%).....	III.30
Gráfico 3.4.3. Frequência de pesca em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.31
Gráfico 3.4.4. Associativismo em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.32
Gráfico 3.4.5. Mobilidade em relação ao local de residência em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.33
Gráfico 3.4.6. Periodicidade de alojamento em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.33
Gráfico 3.4.7. Tipo de alojamento utilizado em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.34
Gráfico 3.4.8. Despesas em material e deslocações em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.35
Gráfico 3.4.9. Disponibilidade de embarcação em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.36
Gráfico 3.4.10. Património em material de pesca em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.37
Gráfico 3.4.11. Espécies aquícolas pescadas em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.38
Gráfico 3.4.12. Iscos utilizados para algumas espécies em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.38
Gráfico 3.4.13. Evolução das capturas em 1998 em relação ao ano anterior (% de pescadores desportivos).....	III.39
Gráfico 3.4.14. Saldo das capturas em 1998 em relação ao ano anterior	III.40
Gráfico 3.4.15. Espécies aquícolas preferidas em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.41
Gráfico 3.4.16. Quantificação da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.42
Gráfico 3.4.17. Qualificação da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.43
Gráfico 3.4.18. Frequência da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.43
Gráfico 3.4.19. Entidades fiscalizadoras em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.44
Gráfico 3.4.20. Elementos fiscalizados em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.45
Gráfico 3.4.21. Dados pessoais dos inquiridos – género (% de pescadores desportivos).....	III.45
Gráfico 3.4.22. Dados pessoais dos inquiridos – idade (% de pescadores desportivos)	III.46
Gráfico 3.4.23. Dados pessoais dos inquiridos – grau de escolaridade (% de pescadores desportivos).....	III.47
Gráfico 3.4.24. Dados pessoais dos inquiridos – profissão (% de pescadores desportivos)	III.48
Gráfico 3.4.25. Dados pessoais dos inquiridos – região de residência (% de pescadores desportivos).....	III.50
Gráfico 3.4.26. Dados pessoais dos inquiridos – tipo de licença requerida em 1998 (% licenças concedidas)	III.51
Gráfico 3.4.27. Região onde foi requerida a licença de pesca em 1998 (% pescadores desportivos).....	III.52

Índice de Tabelas

Tabela 3.3.1. Antiguidade no exercício da pesca desportiva (% de pescadores desportivos).....	III.4
Tabela 3.3.2. Locais de pesca mais frequentados em 1997 (%)	III.5
Tabela 3.3.3. Frequência de pesca em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.6
Tabela 3.3.4. Associativismo em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.7
Tabela 3.3.5. Mobilidade em relação ao local de residência em 1997 (% de pescadores desportivos) ..	III.8
Tabela 3.3.6. Periodicidade de alojamento em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.9
Tabela 3.3.7. Tipo de alojamento utilizado em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.10
Tabela 3.3.8. Despesas em material e deslocações em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.11
Tabela 3.3.9. Disponibilidade de embarcação em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.11
Tabela 3.3.10. Património em material de pesca em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.12
Tabela 3.3.11. Espécies aquícolas pescadas em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.13
Tabela 3.3.12. Iscos utilizados para algumas espécies em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.14
Tabela 3.3.13. Evolução das capturas em 1997 em relação ao ano anterior (% de pescadores desportivos)	III.15
Tabela 3.3.14. Espécies aquícolas preferidas em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.16
Tabela 3.3.15. Quantificação da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.17
Tabela 3.3.16. Qualificação da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.18
Tabela 3.3.17. Frequência da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos).....	III.19
Tabela 3.3.18. Entidades fiscalizadoras em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.20
Tabela 3.3.19. Elementos fiscalizados em 1997 (% de pescadores desportivos)	III.21
Tabela 3.3.20. Dados pessoais dos inquiridos – género (% de pescadores desportivos)	III.21
Tabela 3.3.21. Dados pessoais dos inquiridos – idade (% de pescadores desportivos).....	III.22
Tabela 3.3.22. Dados pessoais dos inquiridos – grau de escolaridade (% de pescadores desportivos) III.23	
Tabela 3.3.23. Dados pessoais dos inquiridos – profissão (% de pescadores desportivos).....	III.25
Tabela 3.3.24. Dados pessoais dos inquiridos – região de residência (% de pescadores desportivos) .	III.26
Tabela 3.3.25. Dados pessoais dos inquiridos – tipo de licença requerida em 1997 (% licenças concedidas)	III.27
Tabela 3.3.26. Região onde foi requerida a licença de pesca em 1997 (% pescadores desportivos)	III.28
Tabela 3.4.1. Antiguidade no exercício da pesca desportiva (% de pescadores desportivos).....	III.29
Tabela 3.4.2. Locais de pesca mais frequentados em 1998 (%)	III.30
Tabela 3.4.3. Frequência de pesca em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.31
Tabela 3.4.4. Associativismo em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.32
Tabela 3.4.5. Mobilidade em relação ao local de residência em 1998 (% de pescadores desportivos) .	III.32
Tabela 3.4.6. Periodicidade de alojamento em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.33
Tabela 3.4.7. Tipo de alojamento utilizado em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.34
Tabela 3.4.8. Despesas em material e deslocações em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.35
Tabela 3.4.9. Disponibilidade de embarcação em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.36
Tabela 3.4.10. Património em material de pesca em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.37
Tabela 3.4.11. Espécies aquícolas pescadas em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.37
Tabela 3.4.12. Iscos utilizados para algumas espécies em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.38
Tabela 3.4.13. Evolução das capturas em 1998 em relação ao ano anterior (% de pescadores desportivos)	III.39
Tabela 3.4.14. Espécies aquícolas preferidas em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.40
Tabela 3.4.15. Quantificação da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.41
Tabela 3.4.16. Qualificação da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.42
Tabela 3.4.17. Frequência da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos).....	III.43
Tabela 3.4.18. Entidades fiscalizadoras em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.44
Tabela 3.4.19. Elementos fiscalizados em 1998 (% de pescadores desportivos)	III.44
Tabela 3.4.20. Dados pessoais dos inquiridos – género (% de pescadores desportivos)	III.45
Tabela 3.4.21. Dados pessoais dos inquiridos – idade (% de pescadores desportivos).....	III.46
Tabela 3.4.22. Dados pessoais dos inquiridos – grau de escolaridade (% de pescadores desportivos) .	III.47
Tabela 3.4.23. Dados pessoais dos inquiridos – profissão (% de pescadores desportivos).....	III.49
Tabela 3.4.24. Dados pessoais dos inquiridos – região de residência (% de pescadores desportivos) .	III.50
Tabela 3.4.25. Dados pessoais dos inquiridos – tipo de licença requerida em 1998 (% licenças concedidas)	III.51
Tabela 3.4.26. Região onde foi requerida a licença de pesca em 1998 (% pescadores desportivos)	III.52



Capítulo III. Resultados do “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores” realizado pela Direcção Geral das Florestas em 1998 e 1999*

Com o presente capítulo pretende-se divulgar os resultados obtidos no Projecto “**Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores**”, realizado pela Direcção Geral das Florestas (DGF) nos anos de 1998 e 1999, no âmbito das suas competências em matéria de pesca em águas interiores, para desta forma ficar a conhecer, um pouco mais, o universo da pesca recreativa em Portugal Continental, pois esta é uma actividade de lazer que angaria um elevado número de praticantes no nosso país.

3.1. Introdução

No âmbito das suas atribuições relativas à pesca nas águas interiores, a Direcção Geral das Florestas (DGF), actual Autoridade Florestal Nacional (AFN), levou a cabo, durante os anos de 1998 e 1999, a realização de um inquérito aos pescadores desportivos de águas interiores, com o intuito de incrementar o conhecimento das actividades e preferências deste grupo de pescadores, bem como possibilitar uma gestão dos recursos piscícolas tendo em conta, igualmente, essas preferências.

A proposta para a realização deste inquérito, bem como uma primeira versão de questionário a distribuir pelos pescadores desportivos de águas interiores, foi apresentada em 1995 por elementos directivos da Associação Portuguesa de Pesca do Achigã e Defesa da Natureza (APPA) à antiga Divisão de Ordenamento dos Recursos Aquícolas do Instituto Florestal. Essa Divisão, com apoio superior e intervenção da Divisão de Estatística e Estudos Económicos, dispôs-se a prosseguir com o Projecto, e em 1996, conjuntamente com a Direcção da APPA, determinaram-se os elementos estruturantes do mesmo e a sua calendarização para rotina anual. Para além dos intervenientes supracitados, foi igualmente recebido apoio por parte da

* Para efeitos bibliográficos o presente capítulo deve ser citado como:

Amaral, S.; Ferreira, M.T.; Cravo, M.T. (2010). *Resultados do “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores” realizado pela Direcção Geral das Florestas em 1998 e 1999*. Pesca Desportiva em Albufeiras do Centro e Sul de Portugal: Contribuição para a redução da eutrofização. Instituto Superior de Agronomia. Autoridade Florestal Nacional. Lisboa: III.1-III.53

Federação Portuguesa de Pesca Desportiva (FPPD), das Direcções Regionais de Agricultura (DRA), e do Instituto Nacional de Estatística (INE), que cooperou na elaboração das versões metodológicas finais dos questionários e na definição da amostra estatística.

Seguidamente, no ponto **3.2** é feita uma contextualização do Projecto “**Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores**”, apresentando-se igualmente a metodologia utilizada na sua consecução, e nos pontos **3.3** e **3.4** encontram-se compilados os resultados obtidos no inquérito realizado em 1998 e em 1999, respectivamente, bem como as conclusões auferidas.

3.2. Contextualização do Projecto

Na consecução deste Projecto estiveram envolvidos os seguintes elementos da DGF: O Chefe de Divisão de Pesca nas Águas Interiores e os Técnicos Superiores dessa Divisão, dois Técnicos Superiores da Divisão de Informática, e um funcionário Administrativo a tempo parcial. Para além destes elementos, o Projecto contou ainda com a participação de um Técnico Superior do serviço especializado do INE e com a colaboração de funcionários das DRA.

A metodologia escolhida para recolher a informação desejada no universo dos pescadores desportivos de águas interiores, foi a técnica do inquérito por questionário, de auto-administração e resposta facultativa. Os dois inquéritos realizados tiveram uma periodicidade anual (um realizado durante 1998 e outro em 1999), e muitas das perguntas presentes no questionário reportavam-se à evolução do ano transacto.

O âmbito geográfico estabelecido foi Portugal Continental, e como universo estatístico considerou-se a totalidade dos pescadores desportivos com licença para pescar em águas interiores, pois cada pescador desportivo tem de obter uma licença anual, válida de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro. A definição da amostra estatística foi realizada pelos serviços especializados do INE, considerando as séries estatísticas das licenças de pesca desportiva vendidas em 1996, e em anos anteriores, e uma versão definitiva do questionário a ser aplicado.

Relativamente à distribuição dos questionários da DGF para as DRA e para a Tesouraria da DGF, estabeleceram-se duas fases de envio, de forma equitativa: a primeira no período de Janeiro a Março, e a segunda no período de Maio a Agosto; no entanto, ficou igualmente estabelecido que, mediante as taxas de resposta obtidas na primeira fase de distribuição dos questionários, seriam feitos reajustamentos, ou reforços, no número de questionários a distribuir na segunda fase, por forma a serem atingidas taxas de respostas iguais ou superiores a 50%. Posteriormente, o questionário foi distribuído pelos inquiridos conjuntamente com a licença de pesca desportiva adquirida, de acordo com os critérios de selecção da amostra estatística.

A recepção e tratamento informático dos dados recolhidos ficaram a cargo da DGF, que reproduziu os resultados obtidos das 26 variáveis constantes do questionário em quadros de resultados para Portugal Continental e também, na maioria dos casos, por região (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Interior, Beira Litoral, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve). As variáveis, ou dados, perscrutados, com o intuito de aumentar o conhecimento das actividades e preferências inerentes à prática da pesca desportiva em águas interiores, foram as seguintes:

- Antiguidade no exercício da pesca
- Tipo de local de pesca
- Frequência do exercício da pesca
- Associativismo
- Mobilidade (distância percorrida até aos locais de pesca)
- Frequência de alojamento
- Tipo de alojamento
- Despesas em material e deslocações
- Embarcação
- Património em material de pesca
- Espécies aquícolas pescadas
- Tipos de isco por espécie aquícola
- Variação quantitativa dos exemplares pescados
- Espécie aquícola preferida
- Quantificação da fiscalização
- Qualidade da fiscalização
- Frequência da fiscalização
- Entidades fiscalizadoras
- Elementos fiscalizados
- Dados pessoais do respondente
 - Género
 - Grupo etário
 - Grau de escolaridade
 - Profissão
 - Concelho de residência
 - Tipo de licença requerida
 - Concelho onde requereu a licença

Seguidamente, apresentam-se os resultados auferidos em cada ano de inquérito, tendo em conta as 26 variáveis acima mencionadas.

3.3. Apreciação dos resultados obtidos no inquérito realizado em 1998

Neste capítulo estão compilados os resultados obtidos no inquérito realizado durante o ano de 1998, sendo que muitas das perguntas presentes no questionário reportam-se à evolução do ano de 1997. De forma a facilitar a exploração dos dados, o capítulo está dividido em pontos que correspondem às questões colocadas aos pescadores desportivos inquiridos.

Assim, para cada uma das 25 perguntas que constituem o questionário, e que abordam as 26 variáveis listadas anteriormente, são apresentados os resultados auferidos para Portugal Continental e também, na maioria dos casos, para as regiões de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Interior, Beira Litoral, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve.

1. HÁ QUANTO TEMPO PESCA?

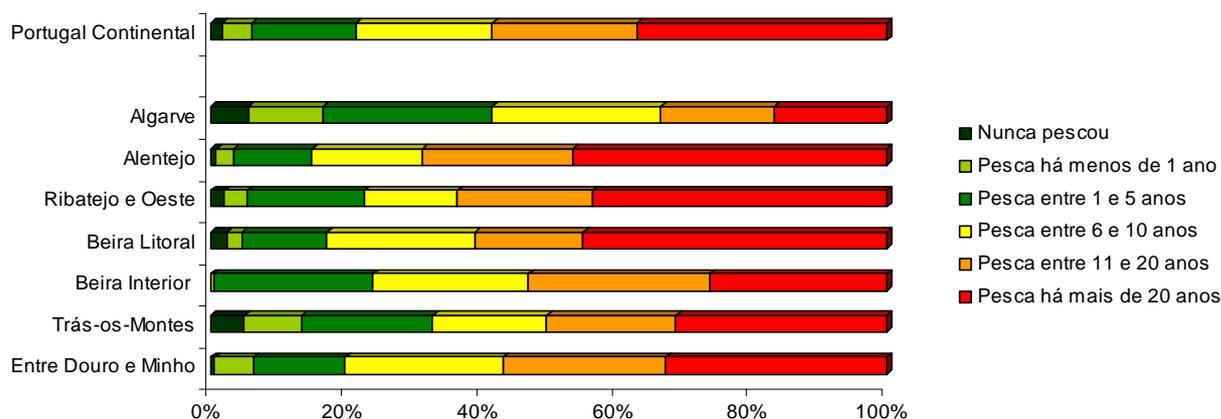
Analisando os resultados obtidos, é possível constatar que a maioria dos pescadores desportivos praticam esta actividade recreativa há mais de 20 anos. No entanto, na região do Algarve verifica-se que 61,1% dos indivíduos pesca à menos de 11 anos, e na região da Beira Interior a maior taxa de pescadores situa-se em os 11 e 20 anos.

Assim, conclui-se que esta é uma actividade de lazer recente, principalmente, na região do Algarve, sucedendo-se a da Beira Interior; na região do Alentejo verifica-se a percentagem mais elevada de praticantes há mais de 20 anos, seguindo-se as regiões da Beira Litoral e do Ribatejo e Oeste.

Tabela 3.3.1. Antiguidade no exercício da pesca desportiva (% de pescadores desportivos)

	Nunca pescou	Pesca há menos de 1 ano	Pesca entre 1 e 5 anos	Pesca entre 6 e 10 anos	Pesca entre 11 e 20 anos	Pesca há mais de 20 anos
Entre Douro e Minho	0,7	5,7	13,6	23,3	24,0	32,7
Trás-os-Montes	5,1	8,4	19,4	16,9	19,0	31,2
Beira Interior	0,0	0,5	23,6	23,0	26,7	26,2
Beira Litoral	2,5	2,2	12,5	21,9	16,0	44,8
Ribatejo e Oeste	2,1	3,4	17,2	13,8	19,9	43,5
Alentejo	0,9	2,5	11,6	16,3	22,3	46,4
Algarve	5,6	11,1	25,0	25,0	16,7	16,7
Portugal Continental	1,8	4,3	15,4	20,2	21,4	36,9

Gráfico 3.3.1. Antiguidade no exercício da pesca desportiva (% de pescadores desportivos)



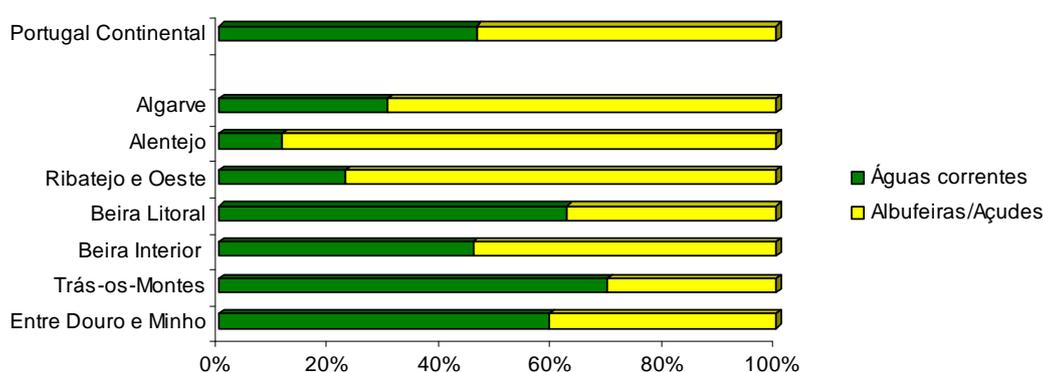
2. ONDE PESCOU MAIS VEZES EM 1997?

Nesta questão, relativamente aos valores para Portugal Continental, denota-se uma preferência pela pesca em albufeiras e açudes, salientando-se o elevado número de pescadores do Alentejo (88,7%) que exercem esta actividade de lazer nessas massas de água, aspecto que estará relacionado com a ausência de cursos de água permanentes, à excepção do Sado, Mira e Guadiana, e pelo grande número de albufeiras e charcas presentes na região.

Nas regiões de Ribatejo e Oeste e do Algarve verifica-se, igualmente, uma maior taxa de pescadores desportivos a frequentarem as albufeiras e açudes, em detrimento das águas correntes. Nas regiões de Trás-os-Montes, Beira Litoral e Entre Douro e Minho, a pesca desportiva é mais praticada em águas correntes; e na Beira Interior não se denota grande diferença entre a taxa de indivíduos que pesca em albufeiras e os que preferem as águas correntes.

Tabela 3.3.2. Locais de pesca mais frequentados em 1997 (%)

	Águas correntes	Albufeiras/Açudes
Entre Douro e Minho	59,2	40,8
Trás-os-Montes	69,8	30,2
Beira Interior	45,6	54,4
Beira Litoral	62,4	37,6
Ribatejo e Oeste	22,8	77,2
Alentejo	11,3	88,7
Algarve	30,3	69,7
Portugal Continental	46,2	53,8

Gráfico 3.3.2. Locais de pesca mais frequentados em 1997 (%)

3. EM 1997, QUANTOS DIAS DEDICOU PELO MENOS 1 HORA À PESCA?

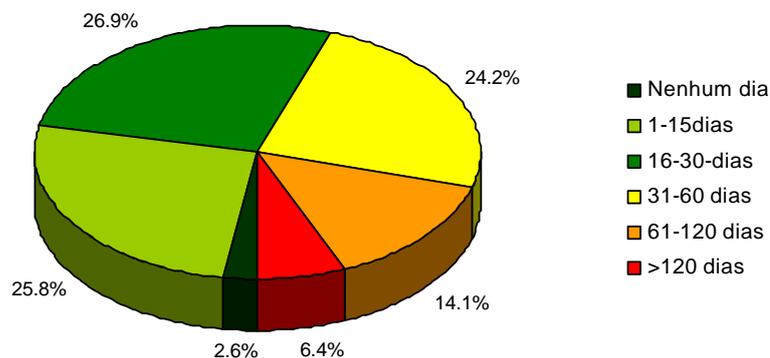
Com esta questão pretendeu-se avaliar a frequência com que os pescadores desportivos exercem esta actividade, contabilizando, para tal, os dias que estiveram a pescar pelo menos durante uma hora.

Assim, analisando a tabela, é possível concluir que em todas as regiões grande parte dos pescadores dedicou entre 1 dia de pesca até 60 dias, durante o ano de 1997, seguindo-se o intervalo de 61 dias até 120. No intervalo de mais de 120 dias despendidos a pescar destaca-se a região da Beira Litoral, com uma percentagem de 13,5.

Tabela 3.3.3. Frequência de pesca em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Nenhum dia	1-15 dias	16-30 dias	31-60 dias	61-120 dias	>120 dias
Entre Douro e Minho	1,8	28,6	25,7	23,3	14,5	6,1
Trás-os-Montes	6,3	31,2	25,4	17,1	16,6	3,4
Beira Interior	1,1	24,9	28,8	27,7	13,6	4,0
Beira Litoral	2,4	14,9	27,7	23,6	17,9	13,5
Ribatejo e Oeste	2,5	27,4	27,9	27,1	9,5	5,6
Alentejo	1,0	23,3	27,2	26,9	15,7	5,9
Algarve	6,1	39,4	33,3	15,2	6,1	0,0
Portugal Continental	2,6	25,8	26,9	24,2	14,1	6,4

Gráfico 3.3.3. Frequência de pesca em 1997 (% de pescadores desportivos)



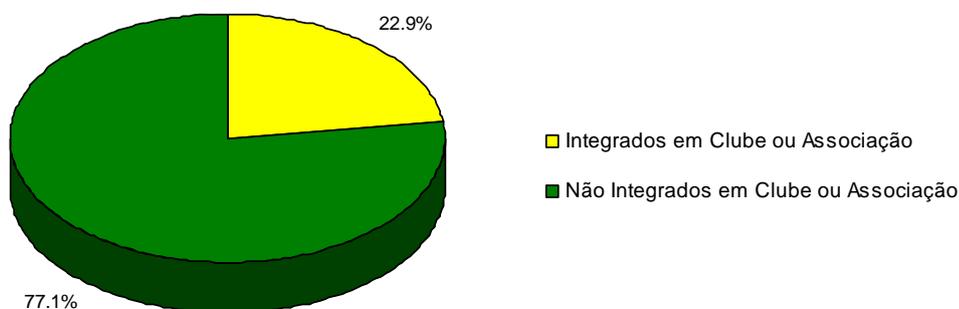
4. EM 1997, ESTEVE INTEGRADO NUM CLUBE OU ASSOCIAÇÃO?

Analisando os resultados obtidos nesta questão, é possível constatar que o associativismo não tem grande expressão no seio dos pescadores desportivos portugueses, pois apenas 22,9% dos inquiridos responderam estar integrados em Clubes ou Associações.

Tabela 3.3.4. Associativismo em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Integrados em Clube ou Associação	Não Integrados em Clube ou Associação
Portugal Continental	22,9	77,1

Gráfico 3.3.4. Associativismo em 1997 (% de pescadores desportivos)



5. EM 1997, QUAL A DISTÂNCIA NORMALMENTE PERCORRIDA DESDE A SUA RESIDÊNCIA ATÉ AOS LOCAIS DE PESCA?

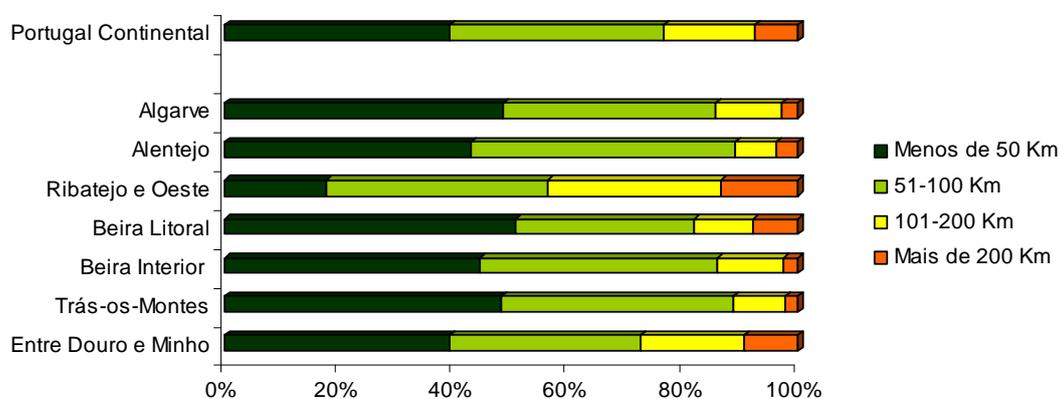
Esta questão foi elaborada com o intuito de determinar o grau de mobilidade dos pescadores desportivos, relativamente à distância percorrida desde o local de residência até aos locais de pesca, para as várias regiões, de forma a avaliar a importância que a pesca desportiva tem no desenvolvimento rural, como actividade geradora de desenvolvimento a nível regional e local dos sectores do comércio e do turismo.

Os resultados obtidos revelam que, à excepção da região do Ribatejo e Oeste, a maioria dos pescadores das outras regiões não efectua deslocações superiores a 100 km em busca dos locais de pesca, encontrando-se as maiores percentagens no intervalo de deslocações inferiores a 50 km. Relativamente a distâncias superiores a 100 km, apenas são percorridas, em número substancial, pelos pescadores do Ribatejo e Oeste, sendo que 13,4% assinalaram deslocações superiores a 200 km, em relação à sua residência.

Tabela 3.3.5. Mobilidade em relação ao local de residência em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Menos de 50 Km	51-100 Km	101-200 Km	Mais de 200 Km
Entre Douro e Minho	39,2	33,3	18,1	9,4
Trás-os-Montes	48,4	40,2	9,1	2,3
Beira Interior	44,5	41,2	11,5	2,7
Beira Litoral	50,7	31,3	10,0	8,0
Ribatejo e Oeste	17,9	38,4	30,4	13,4
Alentejo	42,9	46,1	7,1	3,9
Algarve	48,6	37,1	11,4	2,9
Portugal Continental	39,2	37,3	15,9	7,6

Gráfico 3.3.5. Mobilidade em relação ao local de residência em 1997 (% de pescadores desportivos)



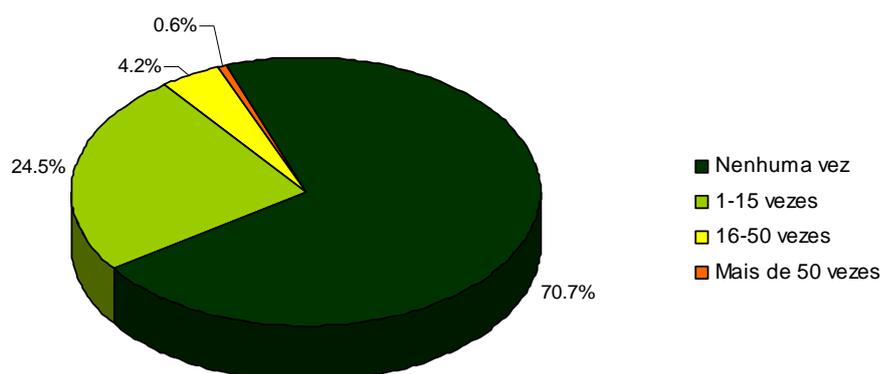
6. EM 1997, QUANTAS VEZES NECESSITOU ALOJAR-SE FORA DA SUA RESIDÊNCIA HABITUAL PARA PESCAR?

A maioria dos pescadores desportivos respondeu que não necessitou alójarse fora da sua residência. Esta percentagem vem ratificar os resultados obtidos na questão anterior, acerca da mobilidade, uma vez que a maior percentagem de pescadores não se desloca a mais de 50 km da sua residência para pescar, e cerca de 80% não ultrapassa os 100 km.

Tabela 3.3.6. Periodicidade de alojamento em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Nenhuma vez	1-15 vezes	16-50 vezes	Mais de 50 vezes
Portugal Continental	70,8	24,5	4,2	0,6

Gráfico 3.3.6. Periodicidade de alojamento em 1997 (% de pescadores desportivos)



7. EM 1997, SE TEVE NECESSIDADE DE ALOJAR-SE FORA DA SUA RESIDÊNCIA HABITUAL PARA PESCAR, QUE TIPO DE ALOJAMENTO UTILIZOU MAIS VEZES?

Analisando os resultados para Portugal Continental, verifica-se uma preferência por casa própria, de familiares ou de amigos, seguindo-se a hotelaria e o parque de campismo e, por último, a casa arrendada, com uma pequena percentagem de alojamento.

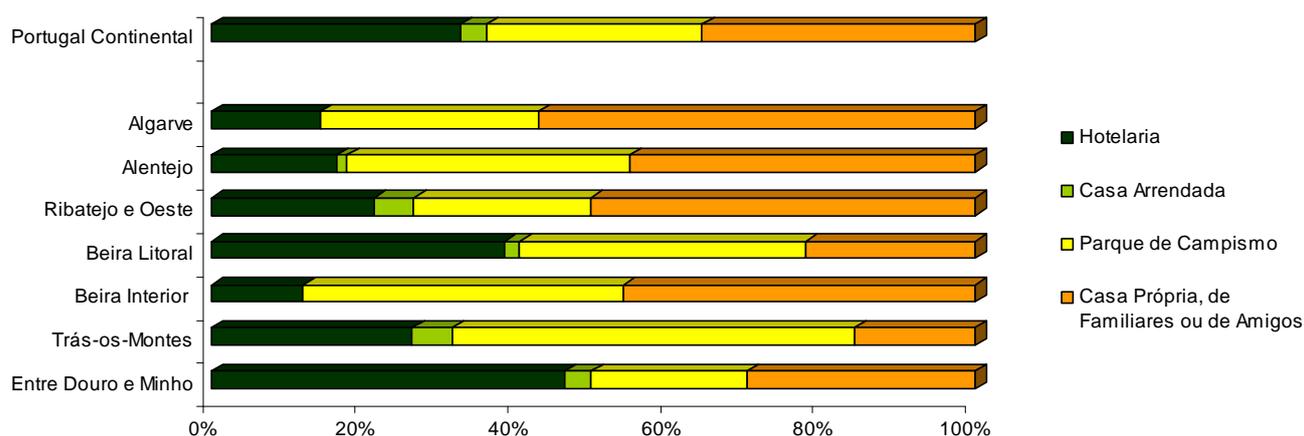
Contudo, em termos regionais, os resultados não apresentam uma distribuição uniforme. Assim, os pescadores de Entre Douro e Minho e da Beira Litoral evidenciaram uma preferência pelos estabelecimentos hoteleiros; os de Trás-os-Montes alojaram-se mais em parques de

campismo; e os pescadores das restantes regiões ficaram principalmente alojados em casa própria, de familiares ou de amigos.

Tabela 3.3.7. Tipo de alojamento utilizado em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Hotelaria	Casa Arrendada	Parque de Campismo	Casa Própria, de Familiares ou de Amigos
Entre Douro e Minho	46,2	3,6	20,4	29,8
Trás-os-Montes	26,3	5,3	52,6	15,8
Beira Interior	12,0	0,0	42,0	46,0
Beira Litoral	38,4	2,0	37,4	22,2
Ribatejo e Oeste	21,3	5,2	23,2	50,3
Alentejo	16,4	1,4	37,0	45,2
Algarve	14,3	0,0	28,6	57,1
Portugal Continental	32,6	3,4	28,3	35,7

Gráfico 3.3.7. Tipo de alojamento utilizado em 1997 (% de pescadores desportivos)



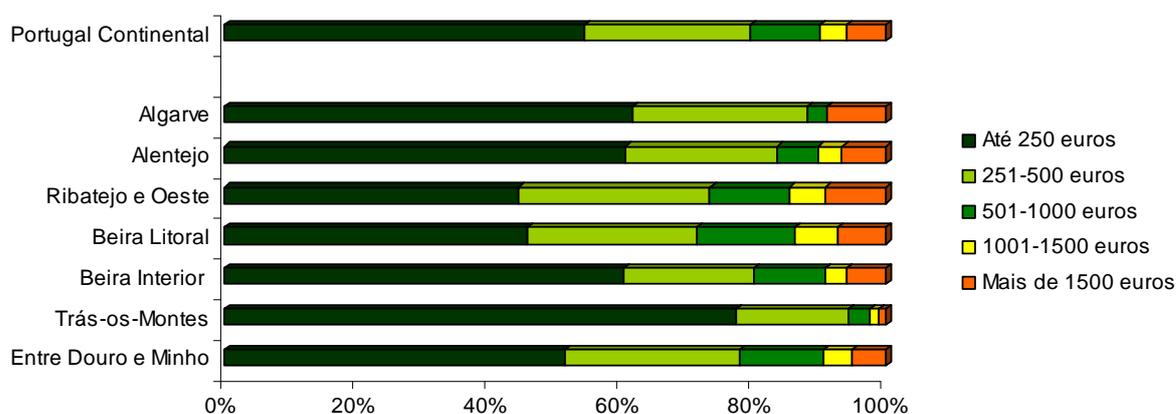
8. EM 1997, QUANTO GASTOU EM MATERIAL E DESLOCAÇÕES?

Relativamente às despesas realizadas pelos pescadores desportivos, durante o ano de 1997, com aquisição de material e deslocações, denota-se uma tendência acentuada para despenderem quantias inferiores a 250 euros. Contudo, nas regiões da Beira Litoral e do Ribatejo e Oeste existe um maior número de pescadores a gastarem entre 1001 a 1500 euros, e até mais de 1500 euros no caso dos pescadores Ribatejanos e do Oeste, aspecto que estará associado ao facto de ser nesta região que a mobilidade é maior.

Tabela 3.3.8. Despesas em material e deslocações em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Até 250 euros	251-500 euros	501-1000 euros	1001-1500 euros	Mais de 1500 euros
Entre Douro e Minho	51,6	26,4	12,7	4,2	5,1
Trás-os-Montes	77,5	17,0	3,2	1,4	0,9
Beira Interior	60,4	19,8	10,7	3,2	5,9
Beira Litoral	45,8	25,6	15,0	6,3	7,3
Ribatejo e Oeste	44,5	29,0	12,0	5,5	9,0
Alentejo	60,6	23,1	6,2	3,6	6,5
Algarve	61,8	26,5	2,9	0,0	8,8
Portugal Continental	54,5	24,9	10,6	4,0	5,9

Gráfico 3.3.8. Despesas em material e deslocações em 1997 (% de pescadores desportivos)

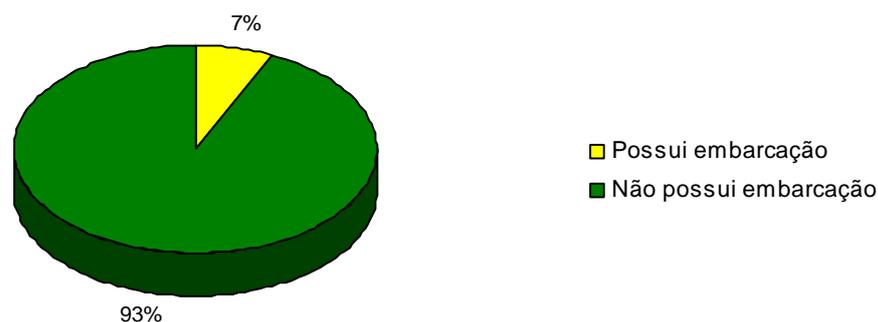


9. EM 1997, POSSUIA EMBARCAÇÃO?

Em 1997 apenas 7% dos pescadores desportivos de águas interiores afirmaram possuir uma embarcação.

Tabela 3.3.9. Disponibilidade de embarcação em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Possui embarcação	Não possui embarcação
Portugal Continental	7,0	93,0

Gráfico 3.3.9. Disponibilidade de embarcação em 1997 (% de pescadores desportivos)

10. NO FINAL DE 1997, QUANTO POSSUIA EM MATERIAL DE PESCA? (INCLUA EMBARCAÇÃO E DEMAIS EQUIPAMENTO)

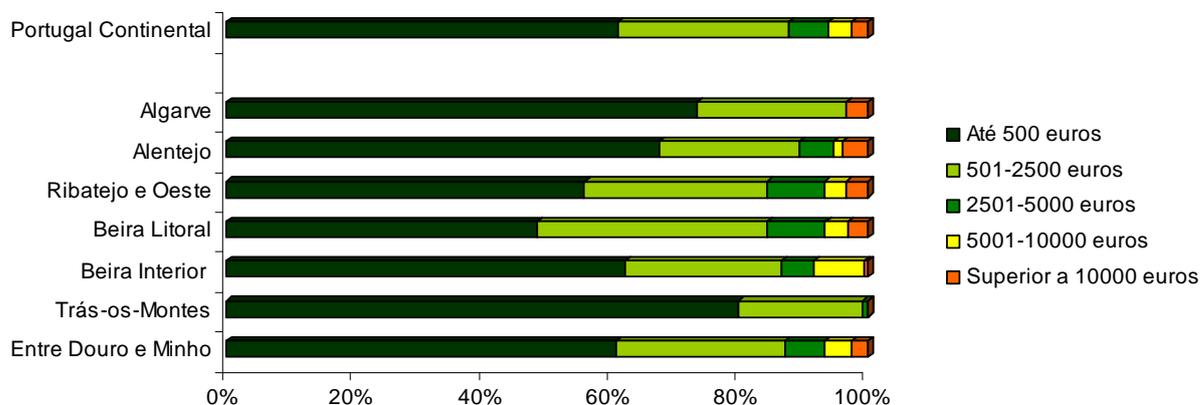
Mais de metade dos pescadores inquiridos, por todas as regiões, estimou possuir até 500 euros em material de pesca, destacando-se a região de Trás-os-Montes onde 80% dos pescadores admite ter até 500 euros em material e não existe registo de inquiridos com mais de 5001 euros em equipamento.

A percentagem de indivíduos com património em material de pesca entre 501 a 2500 euros situa-se entre os 20 a 35%, estando a taxa mais elevada registada na região da Beira Litoral, com 35,8%. Na última classe, de património superior a 10000 euros, destaca-se o valor máximo de 3,8%, registado na região Alentejana.

Tabela 3.3.10. Património em material de pesca em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Até 500 euros	501-2500 euros	2501-5000 euros	5001-10000 euros	Superior a 10000 euros
Entre Douro e Minho	60,8	26,4	6,1	4,2	2,4
Trás-os-Montes	80,0	19,3	0,7	0,0	0,0
Beira Interior	62,2	24,4	5,2	7,6	0,6
Beira Litoral	48,5	35,8	9,2	3,4	3,1
Ribatejo e Oeste	55,9	28,4	9,0	3,5	3,2
Alentejo	67,5	21,9	5,5	1,4	3,8
Algarve	73,3	23,3	0,0	0,0	3,3
Portugal Continental	61,2	26,5	6,3	3,5	2,5

Gráfico 3.3.10. Património em material de pesca em 1997 (% de pescadores desportivos)



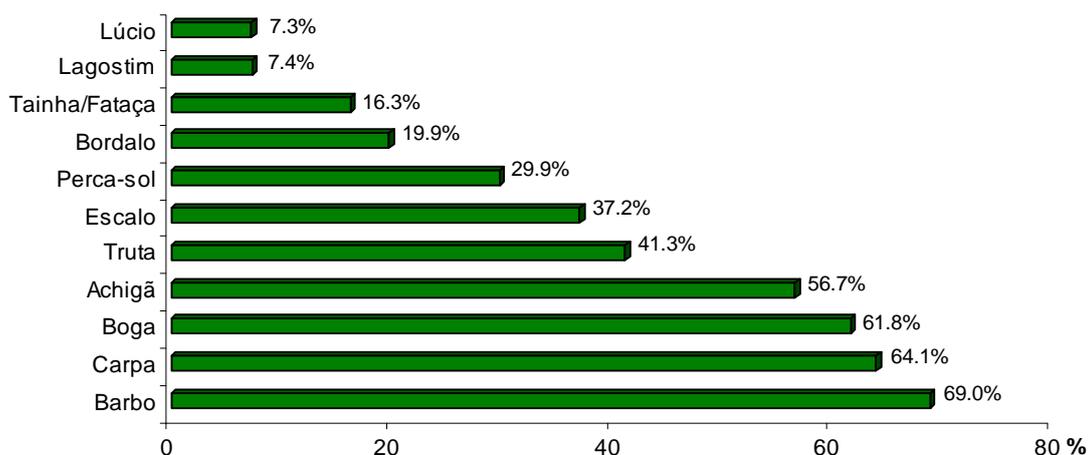
11. EM 1997, QUE ESPÉCIES PESCOU (E EM ALGUMAS ESPÉCIES, QUE ISCO UTILIZOU)?

As espécies aquícolas mais pescadas foram, por ordem decrescente: barbos, carpas, bogas, achigãs e trutas, seguindo-se os escalos, percas-sol, tainhas/fataças, bordalos, lagostins e por fim os lúcios.

Tabela 3.3.11. Espécies aquícolas pescadas em 1997 (% de pescadores desportivos)

Portugal Continental	
Achigã	56,7
Barbo	69,0
Boga	61,8
Bordalo	19,9
Carpa	64,1
Escalo	37,2
Lagostim	7,4
Lúcio	7,3
Perca-sol	29,9
Tainha/Fataça	16,3
Truta	41,3

Gráfico 3.3.11. Espécies aquícolas pescadas em 1997 (% de pescadores desportivos)

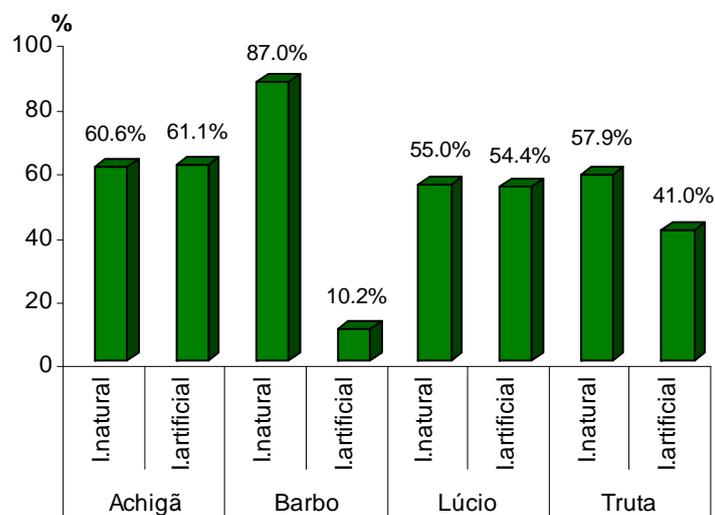


No que diz respeito aos iscos mais utilizados, verifica-se uma preferência pela utilização de isco natural na pesca do barbo, do lúcio e da truta; os iscos artificiais são mais utilizados na pesca do achigã, contudo, essa tendência não é significativa.

Tabela 3.3.12. Iscos utilizados para algumas espécies em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Achigã		Barbo		Lúcio		Truta	
	I.natural	I.artificial	I.natural	I.artificial	I.natural	I.artificial	I.natural	I.artificial
Portugal Continental	60,6	61,1	87,0	10,2	55,0	54,4	57,9	41,0

Gráfico 3.3.12. Iscos utilizados para algumas espécies em 1997 (% de pescadores desportivos)



12. EM 1997, RELATIVAMENTE A 1996, AS SUAS CAPTURAS DAS ESPÉCIES A SEGUIR MENCIONADAS AUMENTARAM, ESTABILIZARAM OU DIMINUÍRAM?

A avaliação da evolução anual das capturas das diferentes espécies aquícolas deve ser feita tendo em atenção, para além do diferencial entre a taxa de diminuição das capturas e a taxa de aumento, a percentagem de pescadores que consideram ter ocorrido uma estabilização nessas capturas.

Assim, explorando a tabela, é possível concluir que houve uma acentuada diminuição de capturas no caso da truta, seguindo-se o lúcio e o achigã; verificando-se, pelo contrário, um aumento de capturas no caso das carpas.

Tabela 3.3.13. Evolução das capturas em 1997 em relação ao ano anterior (% de pescadores desportivos)

	Aumento	Estabilização	Diminuição	Saldo
Achigã	28,0	29,7	42,3	-14,3
Barbo	23,8	44,2	32,0	-8,2
Boga	22,0	39,3	38,7	-16,8
Carpa	41,0	35,2	23,8	17,1
Lagostim	39,6	22,7	37,7	1,8
Lúcio	18,9	33,9	47,2	-28,3
Truta	11,0	20,0	69,7	-59,1

Gráfico 3.3.13. Evolução das capturas em 1997 em relação ao ano anterior (% de pescadores desportivos)

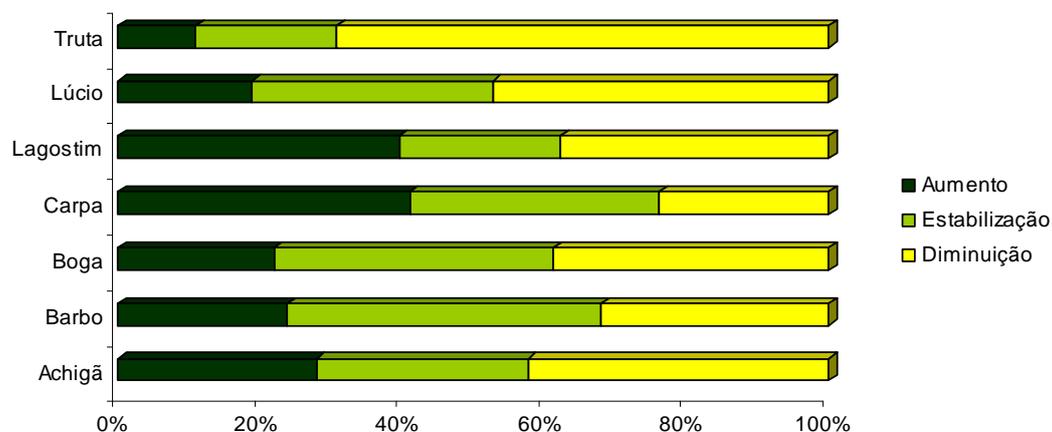
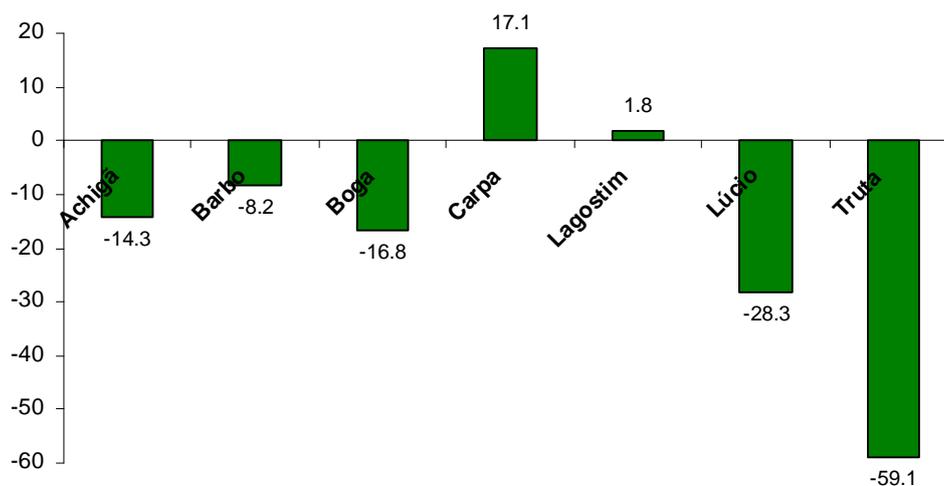
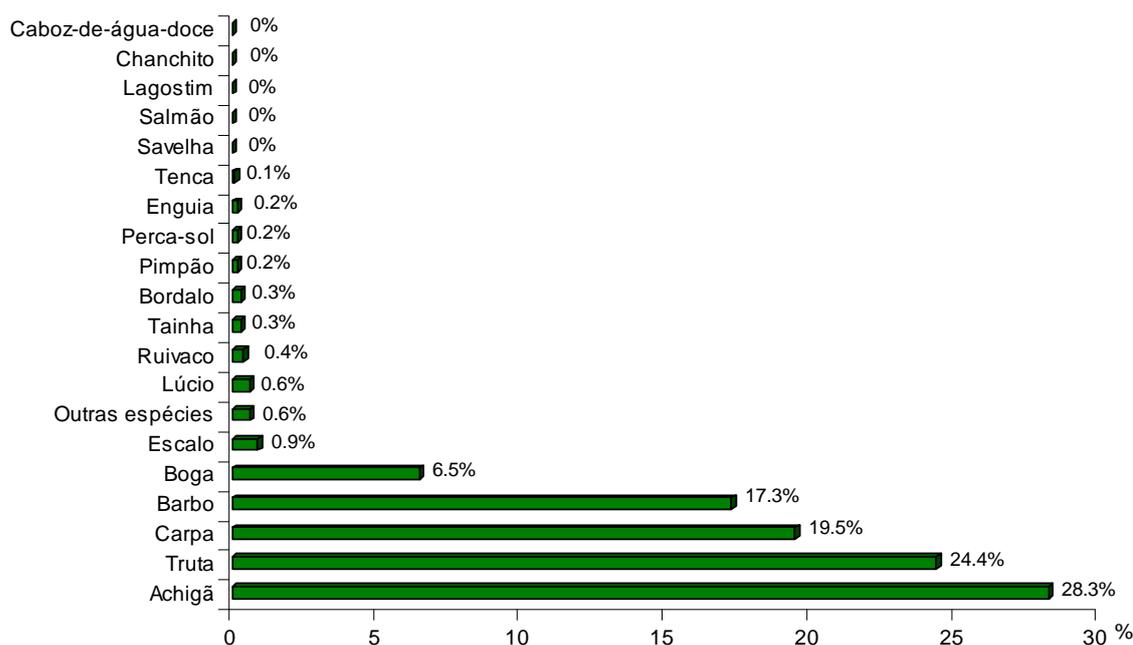


Gráfico 3.3.14. Saldo das capturas em 1997 em relação ao ano anterior**13. QUE ESPÉCIE PREFERE PESCAR?**

A preferência dos pescadores desportivos portugueses vai para o achigã, com 28,3%, seguindo-se a truta, com 24,4%, a carpa e o barbo, com 19,5% e 17,3% respectivamente.

Tabela 3.3.14. Espécies aquícolas preferidas em 1997 (% de pescadores desportivos)

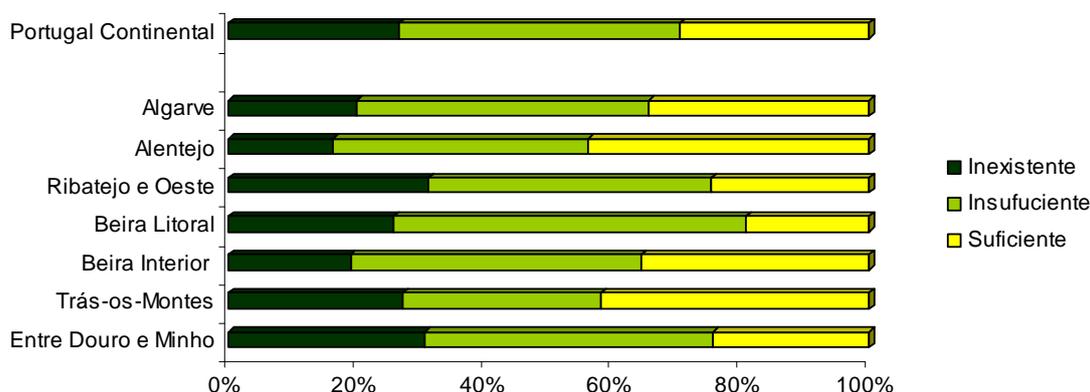
	Portugal Continental
Achigã	28,3
Barbo	17,3
Boga	6,5
Bordalo	0,3
Caboz-de-água-doce	0
Carpa	19,5
Chanchito	0
Enguia	0,2
Escalo	0,9
Lagostim	0
Lúcio	0,6
Perca-sol	0,2
Pimpão	0,2
Ruivaco	0,4
Salmão	0
Savelha	0
Tainha	0,3
Tenca	0,1
Truta	24,4
Outras espécies	0,6

Gráfico 3.3.15. Espécies aquícolas preferidas em 1997 (% de pescadores desportivos)**14. EM TERMOS QUANTITATIVOS, COMO CLASSIFICA A FISCALIZAÇÃO ACTUAL?**

Examinando a tabela, é possível constatar que nas regiões da Beira Litoral, Entre Douro e Minho, Ribatejo e Oeste e Algarve a maior percentagem de inquiridos encaram a fiscalização como insuficiente, ou até mesmo inexistente, principalmente nos casos do Ribatejo e Oeste (31,2%) e Entre Douro e Minho (30,7%). Relativamente à maior percentagem de pescadores a considerar a fiscalização suficiente, regista-se na região Alentejana, com 43,8%, seguindo-se a de Trás-os-Montes, com 41,9%.

Tabela 3.3.15. Quantificação da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Inexistente	Insuficiente	Suficiente
Entre Douro e Minho	30,7	44,9	24,4
Trás-os-Montes	27,1	31,0	41,9
Beira Interior	19,0	45,5	35,4
Beira Litoral	25,9	55,0	19,1
Ribatejo e Oeste	31,2	44,2	24,7
Alentejo	16,2	40,0	43,8
Algarve	20,0	45,7	34,3
Portugal Continental	26,7	43,8	29,5

Gráfico 3.3.16. Quantificação da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos)

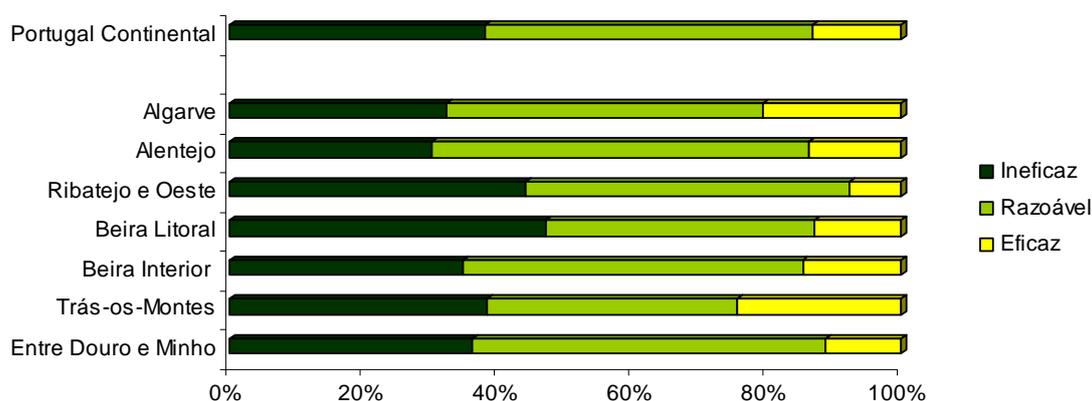
15. EM TERMOS QUALITATIVOS, COMO CONSIDERA A FISCALIZAÇÃO ACTUAL?

Os resultados obtidos nesta questão revelam que, embora os pescadores Trasmontanos encarem a fiscalização existente como suficiente, em termos quantitativos, a nível qualitativo consideram-na, principalmente, ineficaz; contudo, foi igualmente nesta região que se registou uma maior percentagem de pescadores que avaliaram a fiscalização de eficaz.

As maiores percentagens de insatisfação estão registadas nas regiões da Beira Litoral e Ribatejo e Oeste. Na região Alentejana, 56,1% dos inquiridos avalia a fiscalização como razoável, seguindo-se a região de Entre Douro e Minho e a da Beira Interior, com 52,7% e 50,5%, respectivamente.

Tabela 3.3.16. Qualificação da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Ineficaz	Razoável	Eficaz
Entre Douro e Minho	36,2	52,7	11,2
Trás-os-Montes	38,5	37,2	24,3
Beira Interior	34,7	50,5	14,7
Beira Litoral	47,0	40,1	12,8
Ribatejo e Oeste	44,2	48,1	7,7
Alentejo	30,1	56,1	13,8
Algarve	32,4	47,1	20,6
Portugal Continental	38,0	48,7	13,3

Gráfico 3.3.17. Qualificação da fiscalização, em 1997 (% de pescadores desportivos)

16. EM 1997, QUANTAS VEZES FOI FISCALIZADO?

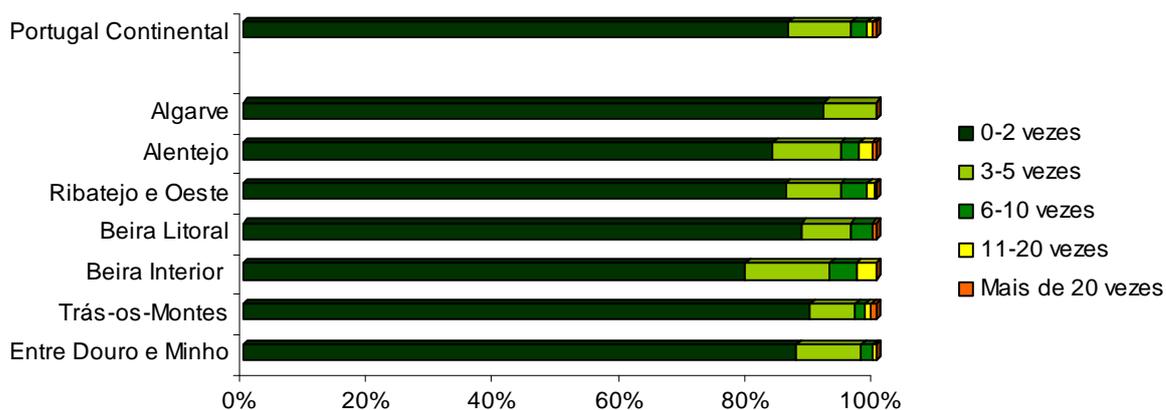
Em Portugal Continental, e de forma generalizada por todas as regiões, mais de 79% dos pescadores desportivos inquiridos não foram fiscalizados mais do que 2 vezes, durante o ano de 1997.

Apesar de não ser possível tirar conclusões precisas a partir da apreciação dos resultados obtidos, ficou a sensibilidade de quem observou os questionários que, uma grande percentagem das respostas enquadradas no intervalo 0 – 2 vezes, estará relacionada com o facto de não ter sido fiscalizado nenhuma vez.

Tabela 3.3.17. Frequência da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos)

	0-2 vezes	3-5 vezes	6-10 vezes	11-20 vezes	Mais de 20 vezes
Entre Douro e Minho	87,5	10,4	1,8	0,4	0,0
Trás-os-Montes	89,6	7,1	1,7	0,8	0,8
Beira Interior	79,4	13,4	4,1	3,1	0,0
Beira Litoral	88,1	7,8	3,4	0,0	0,6
Ribatejo e Oeste	85,8	8,7	4,2	1,1	0,3
Alentejo	83,6	10,8	3,1	1,9	0,6
Algarve	91,9	8,1	0,0	0,0	0,0
Portugal Continental	86,3	9,8	2,7	0,9	0,4

Gráfico 3.3.18. Frequência da fiscalização em 1997 (% de pescadores desportivos)



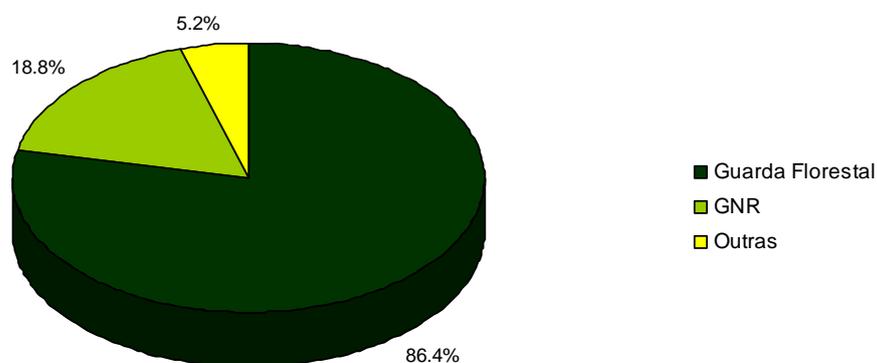
17. SE FOI FISCALIZADO EM 1997, QUEM A EFECTUOU?

A fiscalização foi predominantemente realizada pelos Guardas Florestais; contudo, em 18,8% dos casos, a fiscalização ficou a cargo dos agentes da Guarda Nacional Republicana (GNR) e em 5,2% de outras entidades.

Tabela 3.3.18. Entidades fiscalizadoras em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Guarda Florestal	GNR	Outras
Portugal Continental	86,4	18,8	5,2

Gráfico 3.3.19. Entidades fiscalizadoras em 1997 (% de pescadores desportivos)



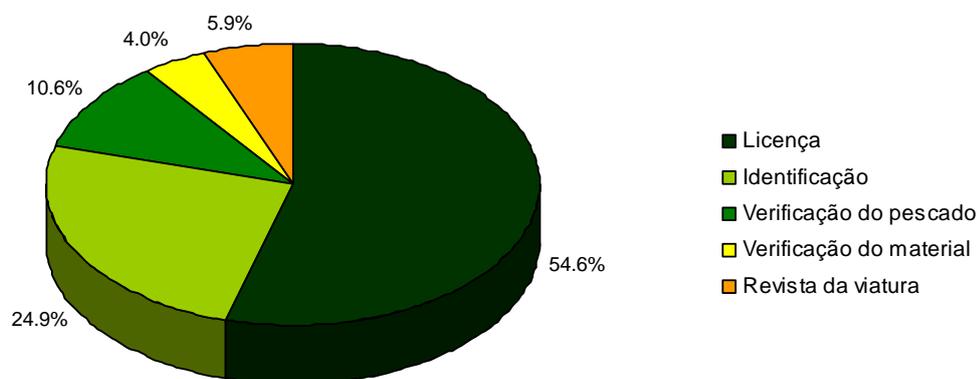
18. SE FOI FISCALIZADO EM 1997, O QUE LHE PEDIRAM?

Na maioria dos casos, a fiscalização incidiu sobre a posse de licença de pesca, seguindo-se a verificação dos documentos de identificação, a verificação dos exemplares capturados, a revista da viatura e a verificação do material de pesca.

Tabela 3.3.19. Elementos fiscalizados em 1997 (% de pescadores desportivos)

	Licença	Identificação	Verificação do pescado	Verificação do material	Revista da viatura
Portugal Continental	54,6	24,9	10,6	4,0	5,9

Gráfico 3.3.20. Elementos fiscalizados em 1997 (% de pescadores desportivos)

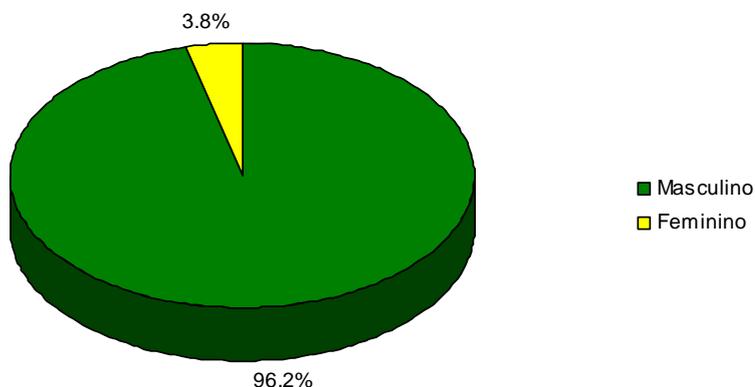


19. GÉNERO?

Os pescadores desportivos são, maioritariamente em todas as regiões, do género masculino, existindo apenas 3,8% de pescadoras, em Portugal Continental.

Tabela 3.3.20. Dados pessoais dos inquiridos – género (% de pescadores desportivos)

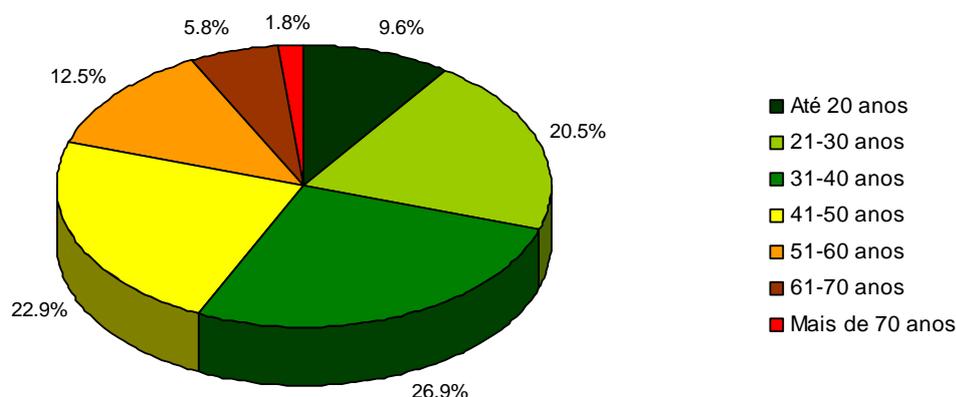
	Masculino	Feminino
Entre Douro e Minho	96,8	3,2
Trás-os-Montes	96,2	3,8
Beira Interior	97,4	2,6
Beira Litoral	94,1	5,9
Ribatejo e Oeste	96,3	3,7
Alentejo	95,6	4,4
Algarve	94,6	5,4
Portugal Continental	96,2	3,8

Gráfico 3.3.21. Dados pessoais dos inquiridos – género (% de pescadores desportivos)**20. IDADE?**

No que diz respeito à faixa etária, as maiores percentagens verificam-se entre as classes dos 31 anos aos 40, e dos 41 aos 50 anos, um pouco por todas as regiões, seguindo-se a classe dos 21 aos 30 anos, com uma diferença pouco substancial. A classe com menor representação é a de mais de 70 anos, com apenas 1,8% de pescadores a nível nacional.

Tabela 3.3.21. Dados pessoais dos inquiridos – idade (% de pescadores desportivos)

	Até 20 anos	21-30 anos	31-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	61-70 anos	Mais de 70 anos
Entre Douro e Minho	6,7	22,4	31,0	23,5	10,8	5,1	0,5
Trás-os-Montes	11,8	20,3	19,0	25,7	11,4	10,1	1,7
Beira Interior	12,5	20,3	31,2	18,8	9,9	5,7	1,6
Beira Litoral	10,4	17,6	28,3	25,5	12,6	2,5	3,1
Ribatejo e Oeste	8,2	21,3	22,3	23,7	17,0	5,1	2,4
Alentejo	13,9	16,8	22,5	19,9	15,8	7,6	3,5
Algarve	13,9	19,4	36,1	16,7	5,6	8,3	0,0
Portugal Continental	9,6	20,5	26,9	22,9	12,5	5,8	1,8

Gráfico 3.3.22. Dados pessoais dos inquiridos – idade (% de pescadores desportivos)

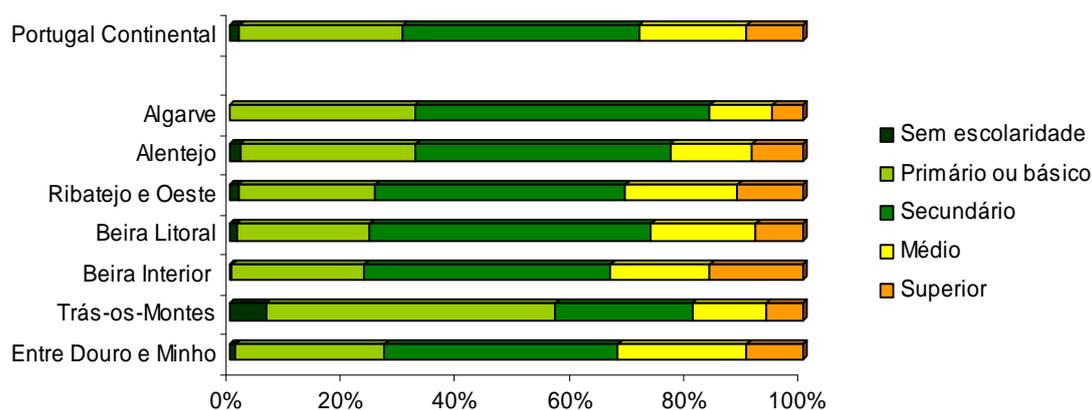
21. GRAU DE ESCOLARIDADE?

Há excepção da região de Trás-os-Montes, em que se verifica uma taxa mais elevada de praticantes sem escolaridade, relativamente às outras regiões, e uma predominância de pescadores com grau de escolaridade primário ou básico, as maiores percentagens apontam para pescadores com escolaridade ao nível do ensino secundário. Seguidamente, posicionam-se os pescadores com frequência do ensino primário ou básico, os de ensino médio, ensino superior e, com menor representatividade, os pescadores sem escolaridade.

Tabela 3.3.22. Dados pessoais dos inquiridos – grau de escolaridade (% de pescadores desportivos)

	Sem escolaridade	Primário ou básico	Secundário	Médio	Superior
Entre Douro e Minho	1,1	25,9	40,7	22,5	9,8
Trás-os-Montes	6,4	50,4	23,9	12,8	6,4
Beira Interior	0,5	23,0	42,9	17,3	16,2
Beira Litoral	1,3	23,2	49,2	18,2	8,2
Ribatejo e Oeste	1,6	24,0	43,4	19,7	11,3
Alentejo	1,9	30,7	44,3	14,2	8,9
Algarve	0,0	32,4	51,4	10,8	5,4
Portugal Continental	1,8	28,6	41,1	18,7	9,8

Gráfico 3.3.23. Dados pessoais dos inquiridos – grau de escolaridade (% de pescadores desportivos)



22. PROFISSÃO?

Relativamente à profissão, verifica-se que, em todas as regiões de Portugal Continental, o maior número de pescadores desportivos pertence à classe dos operários, artífices e trabalhadores similares, seguindo-se a classe do pessoal dos serviços e vendedores.

A classe com menor número de indivíduos, que se dedicam a esta actividade recreativa, é a dos desempregados, rondando apenas o 1% de praticantes, e a dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, embora na região de Trás-os-Montes exista uma percentagem significativa de pescadores desportivos a exercerem estas actividades profissionais.

Gráfico 3.3.24. Dados pessoais dos inquiridos – profissão (% de pescadores desportivos)



Tabela 3.3.23. Dados pessoais dos inquiridos – profissão (% de pescadores desportivos)

	Quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	Trabalhadores não qualificados	Estudantes	Desempregados	Reformados
Entre Douro e Minho	9,0	5,9	8,1	6,7	16,8	1,1	28,4	4,0	7,9	7,0	0,0	5,2
Trás-os-Montes	1,9	5,8	2,9	4,8	13,0	16,9	19,8	3,4	8,2	10,6	1,4	11,1
Beira Interior	4,5	14,8	7,4	5,7	11,9	2,3	19,9	4,5	4,5	13,6	1,1	9,7
Beira Litoral	4,6	6,4	13,5	8,5	15,7	0,7	25,6	5,3	3,2	8,9	0,7	6,8
Ribatejo e Oeste	3,8	7,4	12,4	12,7	10,6	1,2	26,8	5,3	2,9	8,6	0,6	7,7
Alentejo	0,7	5,3	7,1	8,9	14,2	3,9	19,6	6,4	2,8	15,7	1,4	13,9
Algarve	2,9	2,9	5,7	5,7	34,3	0,0	14,3	11,4	2,9	14,3	0,0	5,7
Portugal Continental	5,2	6,7	8,5	7,8	15,0	3,2	24,9	4,7	5,5	9,8	0,7	8,0

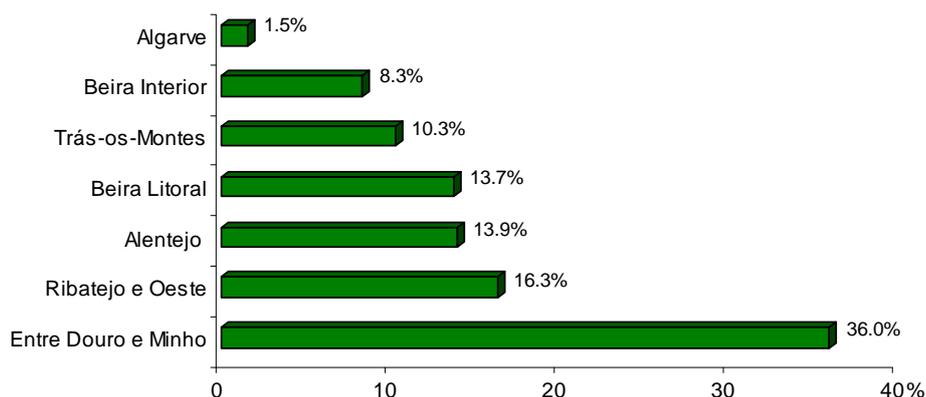
23. CONCELHO DE RESIDÊNCIA?

Em 1998, existia um maior número de pescadores residentes na região de Entre Douro e Minho (36%), seguindo-se as regiões de Ribatejo e Oeste, Alentejo, Beira Litoral, Trás-os-Montes, Beira Interior e, com apenas 1,5%, a região do Algarve.

Tabela 3.3.24. Dados pessoais dos inquiridos – região de residência (% de pescadores desportivos)

Entre Douro e Minho	36,0
Trás-os-Montes	10,3
Beira Litoral	13,7
Beira Interior	8,3
Ribatejo e Oeste	16,3
Alentejo	13,9
Algarve	1,5

Gráfico 3.3.25. Dados pessoais dos inquiridos – região de residência (% de pescadores desportivos)



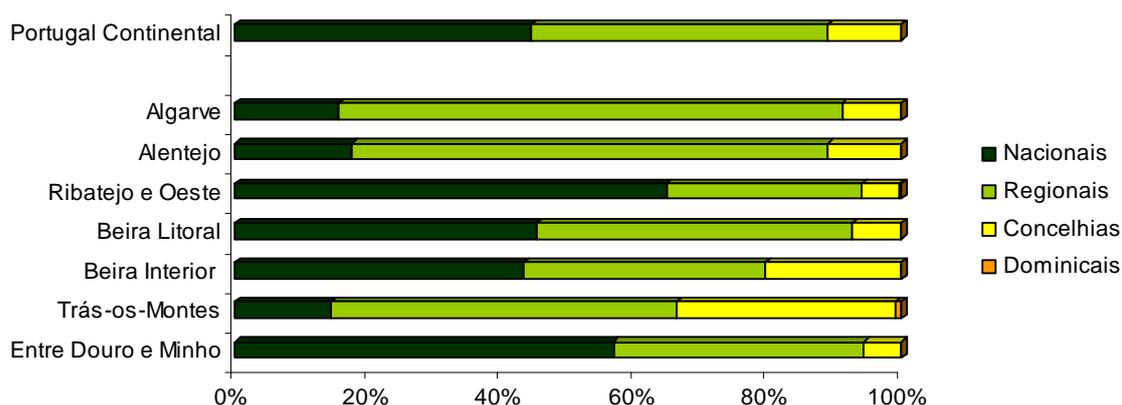
24. TIPO DE LICENÇA REQUERIDA?

A nível nacional, os valores apontam para a aquisição em maior número de licenças do tipo regional e nacional, em detrimento das de concelhia e das dominicais (0,1%, em Portugal Continental).

Assim, é possível concluir que os pescadores das regiões do Ribatejo e Oeste, Entre Douro e Minho e Beira Interior comprar maior número de licenças nacionais; as licenças regionais são mais adquiridas pelos pescadores do Algarve e Alentejo, e também pelos de Trás-os-Montes; as licenças de concelhia são mais vendidas aos pescadores Trasmontanos. Na região da Beira Litoral, constata-se uma proximidade entre os valores relativos às licenças regionais e os das licenças nacionais requeridas.

Tabela 3.3.25. Dados pessoais dos inquiridos – tipo de licença requerida em 1997 (% licenças concedidas)

	Nacionais	Regionais	Concelhias	Dominicais
Entre Douro e Minho	56,8	37,6	5,6	0,0
Trás-os-Montes	14,3	52,0	32,8	0,8
Beira Interior	43,3	36,3	20,4	0,0
Beira Litoral	45,3	47,4	7,3	0,0
Ribatejo e Oeste	64,8	29,3	5,7	0,3
Alentejo	17,6	71,4	10,9	0,0
Algarve	15,6	75,6	8,9	0,0
Portugal Continental	44,4	44,7	10,8	0,1

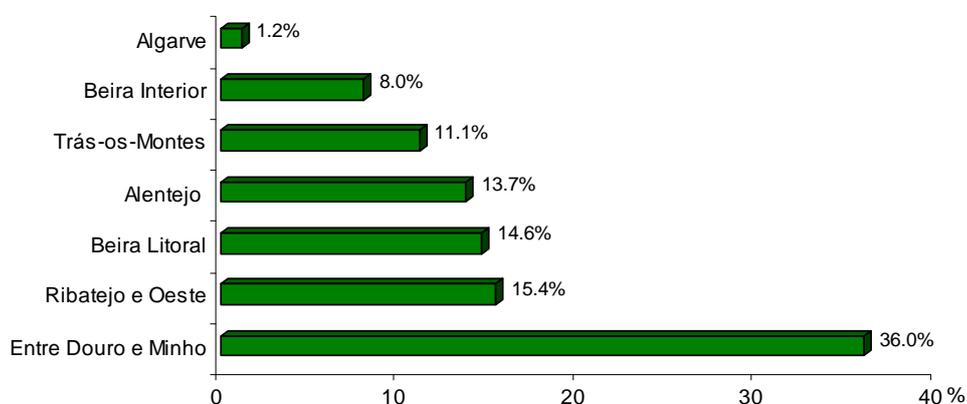
Gráfico 3.3.26. Dados pessoais dos inquiridos – tipo de licença requerida em 1997 (% licenças concedidas)

25. CONCELHO ONDE REQUEREU A LICENÇA?

Foi nos concelhos de Entre Douro e Minho que se registou mais requisições de licenças de pesca desportiva, facto que estará relacionado com a existência de maior número de praticantes a residirem na região. As restantes regiões ficam ordenadas, de forma decrescente, pela seguinte ordem: Ribatejo e Oeste, Beira Litoral, Alentejo, Trás-os-Montes, Beira Interior e, com apenas 1,2%, a região do Algarve.

Tabela 3.3.26. Região onde foi requerida a licença de pesca em 1997 (% pescadores desportivos)

Entre Douro e Minho	36,0
Trás-os-Montes	11,1
Beira Litoral	14,6
Beira Interior	8,0
Ribatejo e Oeste	15,4
Alentejo	13,7
Algarve	1,2

Gráfico 3.3.27 Região onde foi requerida a licença de pesca em 1997 (% pescadores desportivos)

3.4. Apreciação dos resultados obtidos no inquérito realizado em 1999

Neste capítulo estão reunidos os resultados conseguidos no inquérito realizado ao longo do ano de 1999, sendo que muitas das perguntas presentes no questionário reportam-se à evolução do ano antecedente.

Relativamente à exposição dos resultados, este capítulo está organizado da mesma forma que o anterior, ou seja, está dividido em 25 pontos, correspondentes às perguntas do questionário, e os resultados auferidos são apresentados para Portugal Continental e também, na maioria dos casos, para as regiões de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Interior, Beira Litoral, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve.

1. HÁ QUANTO TEMPO PESCA?

Analisando os resultados obtidos, é possível concluir que a maioria dos pescadores desportivos praticam esta actividade recreativa há mais de 20 anos, tal como se tinha verificado no inquérito realizado em 1998.

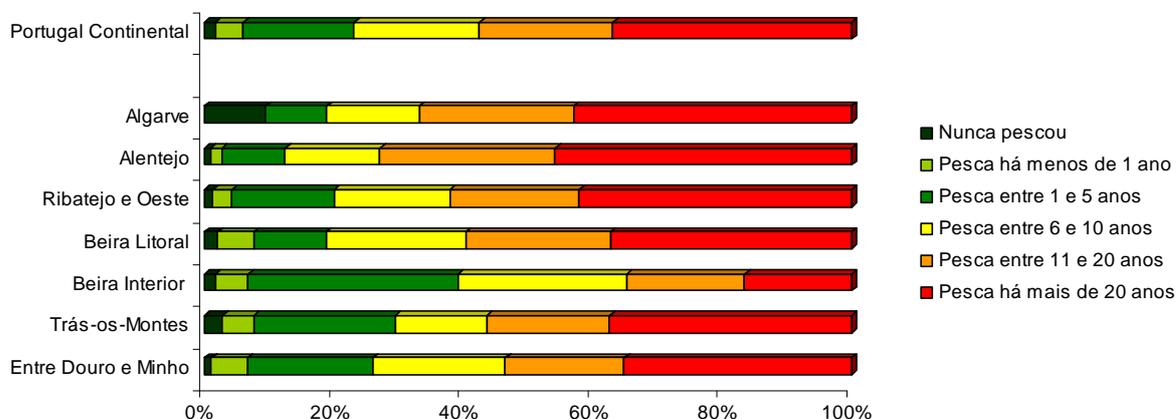
No entanto, na região da Beira Interior, a classe com maior percentagem de pescadores é a de 1 a 5 anos, seguindo-se a de 6 a 10 anos, perfazendo um total de 58,5% dos pescadores da região, o que leva a concluir que esta é uma actividade de lazer recente.

Na região do Alentejo verifica-se a percentagem mais elevada de praticantes há mais de 20 anos, facto constatado igualmente no inquérito do ano anterior, seguindo-se as regiões do Algarve e do Ribatejo e Oeste.

Tabela 3.4.1. Antiguidade no exercício da pesca desportiva (% de pescadores desportivos)

	Nunca pescou	Pesca há menos de 1 ano	Pesca entre 1 e 5 anos	Pesca entre 6 e 10 anos	Pesca entre 11 e 20 anos	Pesca há mais de 20 anos
Entre Douro e Minho	1,1	5,6	19,4	20,5	18,3	35,1
Trás-os-Montes	2,8	4,9	21,8	14,1	19,0	37,3
Beira Interior	1,7	5,1	32,4	26,1	18,2	16,5
Beira Litoral	2,1	5,6	11,2	21,5	22,4	37,2
Ribatejo e Oeste	1,3	3,1	15,7	17,8	19,9	42,0
Alentejo	1,0	1,7	9,8	14,7	26,9	45,8
Algarve	9,5	0,0	9,5	14,3	23,8	42,9
Portugal Continental	1,7	4,4	17,1	19,4	20,6	36,8

Gráfico 3.4.1. Antiguidade no exercício da pesca desportiva (% de pescadores desportivos)



2. ONDE PESCOU MAIS VEZES EM 1998?

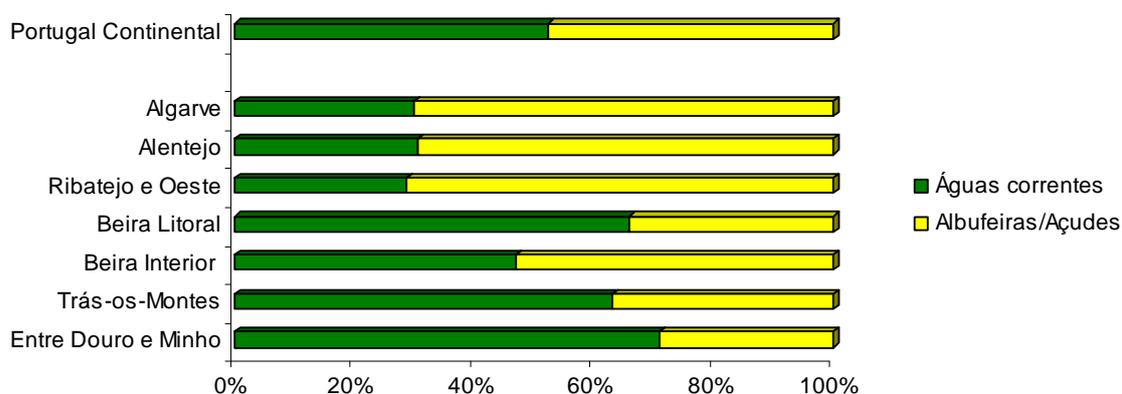
Nesta questão, e ao contrário do verificado no ano anterior, relativamente aos valores para Portugal Continental, denota-se uma preferência pela pesca em águas correntes, salientando-se os valores relativos às regiões de Entre Douro e Minho, Beira Litoral e Trás-os-Montes.

As albufeiras e açudes foram os locais preferidos pelos pescadores das regiões do Ribatejo e Oeste, Algarve e Alentejo, aspecto que, tal como referido anteriormente, estará relacionado com o grande número de albufeiras e charcas presentes na região; e na região da Beira Interior não se denota grande diferença entre a taxa de indivíduos que pesca em albufeiras/açudes e os que preferem as águas correntes.

Tabela 3.4.2. Locais de pesca mais frequentados em 1998 (%)

	Águas correntes	Albufeiras/Açudes
Entre Douro e Minho	70,9	29,1
Trás-os-Montes	63,2	36,8
Beira Interior	47,0	53,0
Beira Litoral	66,0	34,0
Ribatejo e Oeste	28,7	71,3
Alentejo	30,7	69,3
Algarve	30,0	70,0
Portugal Continental	52,3	47,7

Gráfico 3.4.2. Locais de pesca mais frequentados em 1998 (%)



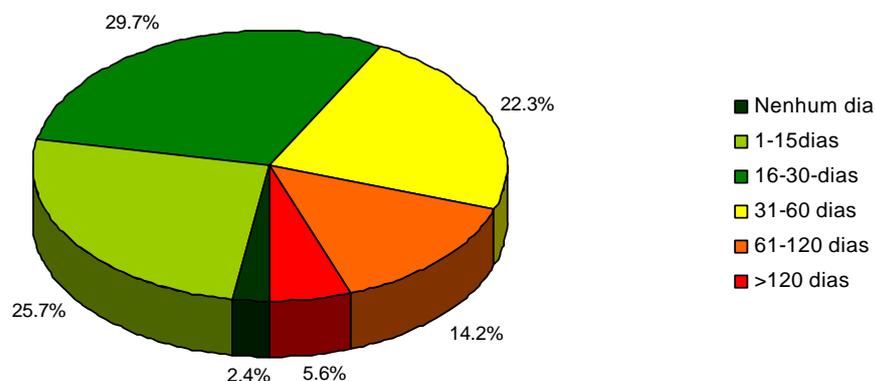
3. EM 1998, QUANTOS DIAS DEDICOU PELO MENOS 1 HORA À PESCA?

Contabilizando os dias que cada pescador dedicou, pelo menos, uma hora à pesca, de forma a avaliar a frequência com que exercem esta actividade de lazer, é possível concluir que em todas as regiões grande parte dos pescadores dedicou entre 1 dia de pesca até 60 dias, durante o ano de 1998, seguindo-se o intervalo de 61 dias até 120, resultados semelhantes aos aferidos no questionário do ano anterior. No intervalo de mais de 120 dias despendidos a pescar destaca-se a região de Entre Douro e Minho, com uma percentagem de 8,7.

Tabela 3.4.3. Frequência de pesca em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Nenhum dia	1-15dias	16-30 dias	31-60 dias	61-120 dias	>120 dias
Entre Douro e Minho	1,5	22,9	27,4	24,3	15,2	8,7
Trás-os-Montes	4,6	25,4	28,5	23,8	13,8	3,8
Beira Interior	0,0	40,5	32,9	14,6	8,2	3,8
Beira Litoral	2,5	28,2	28,8	19,6	15,2	5,7
Ribatejo e Oeste	2,2	24,7	33,1	24,2	11,8	3,9
Alentejo	1,6	19,8	31,1	24,5	18,3	4,7
Algarve	9,1	22,7	18,2	22,7	22,7	4,5
Portugal Continental	2,4	25,7	29,7	22,3	14,2	5,6

Gráfico 3.4.3. Frequência de pesca em 1998 (% de pescadores desportivos)

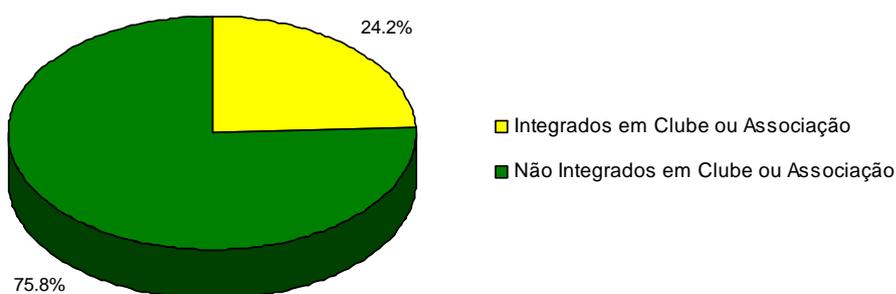


4. EM 1998, ESTEVE INTEGRADO NUM CLUBE OU ASSOCIAÇÃO?

Há semelhança do verificado no inquérito de 98, apenas 24,2% dos inquiridos responderam estar integrados em Clubes ou Associações, o que revela que o associativismo não tem grande expressão no seio dos pescadores desportivos portugueses.

Tabela 3.4.4. Associativismo em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Integrados em Clube ou Associação	Não Integrados em Clube ou Associação
Portugal Continental	24,2	75,8

Gráfico 3.4.4. Associativismo em 1998 (% de pescadores desportivos)

5. EM 1998, QUAL A DISTÂNCIA NORMALMENTE PERCORRIDA DESDE A SUA RESIDÊNCIA ATÉ AOS LOCAIS DE PESCA?

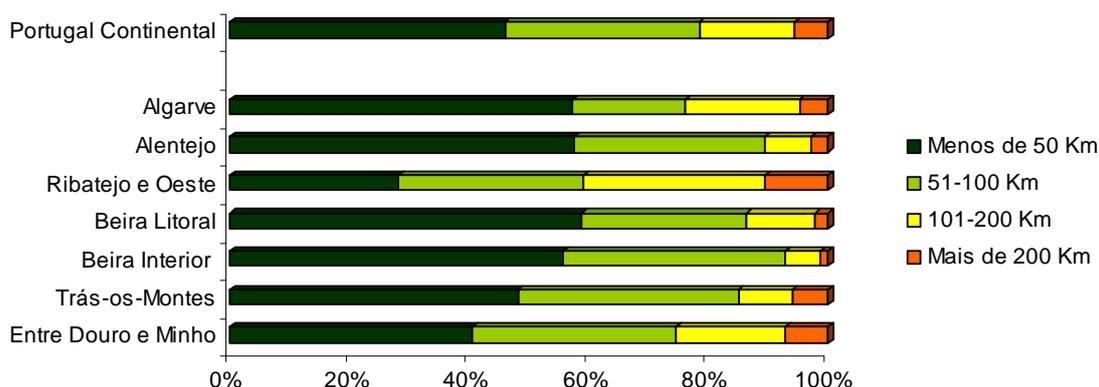
Os resultados obtidos revelam que, à excepção da região do Ribatejo e Oeste, a maioria dos pescadores das outras regiões não efectua deslocações superiores a 100 km em busca dos locais de pesca, encontrando-se as maiores percentagens no intervalo de deslocações inferiores a 50 km.

Distâncias superiores a 100 km, apenas são percorridas, em número substancial, pelos pescadores do Ribatejo e Oeste, sendo que 10,6% assinalaram deslocações superiores a 200 km, em relação à sua residência. É de referir que estes resultados foram semelhantes aos obtidos no inquérito anterior.

Tabela 3.4.5. Mobilidade em relação ao local de residência em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Menos de 50 Km	51-100 Km	101-200 Km	Mais de 200 Km
Entre Douro e Minho	40,5	34,2	18,3	7,0
Trás-os-Montes	48,1	36,8	9,0	6,0
Beira Interior	55,9	37,1	5,9	1,2
Beira Litoral	58,8	27,6	11,5	2,2
Ribatejo e Oeste	28,1	31,1	30,3	10,6
Alentejo	57,7	31,9	7,5	2,9
Algarve	57,1	19,0	19,0	4,8
Portugal Continental	46,0	32,5	16,0	5,5

Gráfico 3.4.5. Mobilidade em relação ao local de residência em 1998 (% de pescadores desportivos)



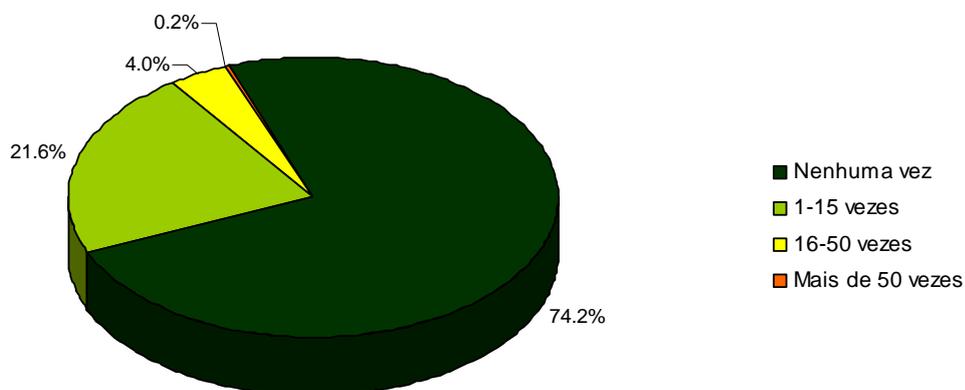
6. EM 1998, QUANTAS VEZES NECESSITOU ALOJAR-SE FORA DA SUA RESIDÊNCIA HABITUAL PARA PESCAR?

A maioria dos pescadores desportivos respondeu que não necessitou alojar-se fora da sua residência. Esta percentagem vem ratificar os resultados obtidos na questão anterior, acerca da mobilidade, uma vez que a maior percentagem de pescadores não se desloca a mais de 50 km da sua residência para pescar, e cerca de 80% não ultrapassa os 100 km.

Tabela 3.4.6 Periodicidade de alojamento em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Nenhuma vez	1-15 vezes	16-50 vezes	Mais de 50 vezes
Portugal Continental	74,2	21,6	4,0	0,2

Gráfico 3.4.6. Periodicidade de alojamento em 1998 (% de pescadores desportivos)



7. EM 1998, SE TEVE NECESSIDADE DE ALOJAR-SE FORA DA SUA RESIDÊNCIA HABITUAL PARA PISCAR, QUE TIPO DE ALOJAMENTO UTILIZOU MAIS VEZES?

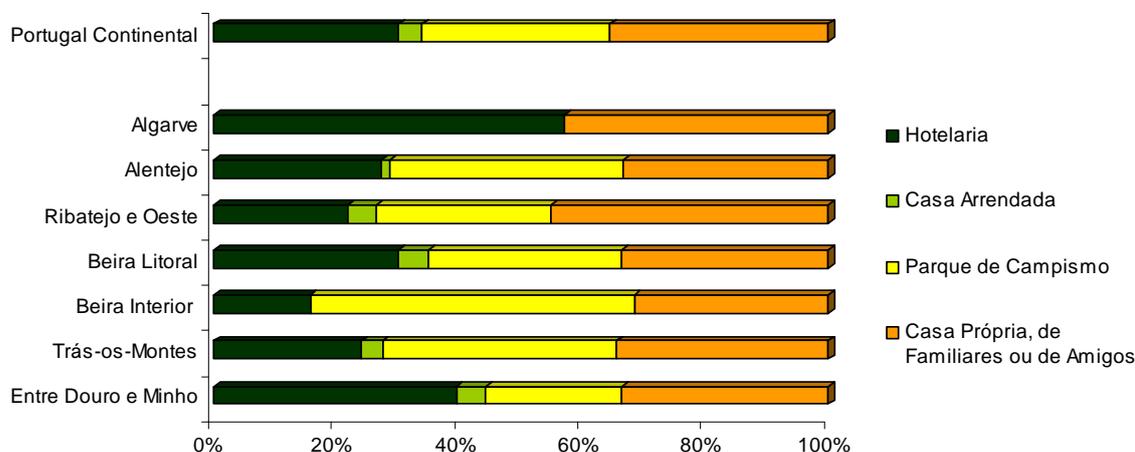
Analisando os resultados para Portugal Continental, verifica-se uma preferência por casa própria, de familiares ou de amigos, seguindo-se o parque de campismo e a hotelaria e, por último, a casa arrendada, com uma pequena percentagem de alojamento.

Em termos regionais, os pescadores Algarvios evidenciam uma maior preferência pelos estabelecimentos hoteleiros, sendo que nunca ficaram alojados em parques de campismo ou em casas arrendadas durante o ano de 1998, seguidos dos de Entre Douro e Minho; os pescadores da Beira Interior preferiram os parques de campismo, bem como os pescadores do Alentejo e de Trás-os-Montes; e os pescadores das restantes regiões ficaram principalmente alojados em casa própria, de familiares ou de amigos.

Tabela 3.4.7. Tipo de alojamento utilizado em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Hotelaria	Casa Arrendada	Parque de Campismo	Casa Própria, de Familiares ou de Amigos
Entre Douro e Minho	39,5	4,7	22,1	33,7
Trás-os-Montes	24,1	3,4	37,9	34,5
Beira Interior	15,8	0,0	52,6	31,6
Beira Litoral	30,1	4,8	31,3	33,7
Ribatejo e Oeste	22,0	4,6	28,4	45,0
Alentejo	27,3	1,5	37,9	33,3
Algarve	57,1	0,0	0,0	42,9
Portugal Continental	30,1	3,8	30,5	35,6

Gráfico 3.4.7. Tipo de alojamento utilizado em 1998 (% de pescadores desportivos)



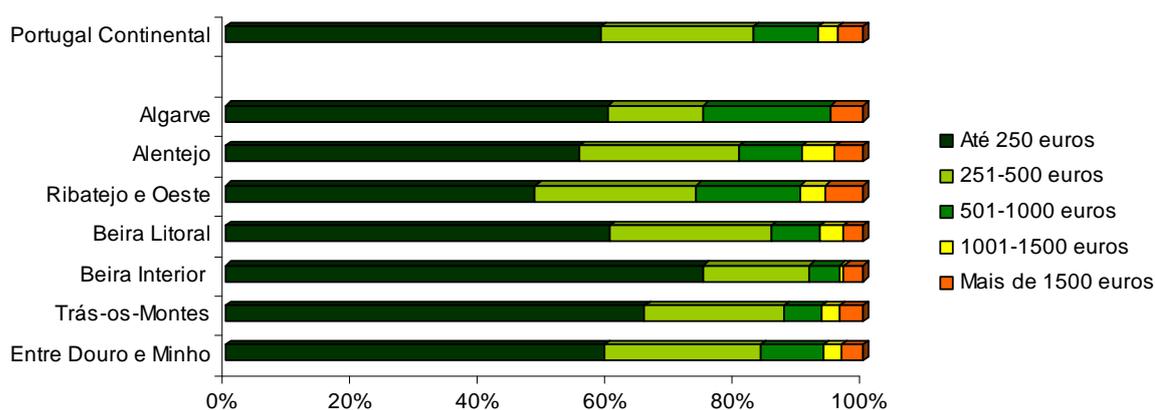
8. EM 1998, QUANTO GASTOU EM MATERIAL E DESLOCAÇÕES?

Relativamente às despesas realizadas pelos pescadores desportivos com aquisição de material e deslocações, durante o ano de 1998, denota-se uma tendência generalizada para dispenderem quantias inferiores a 250 euros, tendência essa igualmente aferida durante o ano de 1997. Contudo, nas regiões do Algarve e do Ribatejo e Oeste existe um maior número de pescadores a gastarem entre 501 a 1000 euros, e até mais de 1500 euros, principalmente no caso dos pescadores Ribatejanos e do Oeste, aspecto que estará associado ao facto de ser nesta região que a mobilidade é maior.

Tabela 3.4.8. Despesas em material e deslocações em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Até 250 euros	251-500 euros	501-1000 euros	1001-1500 euros	Mais de 1500 euros
Entre Douro e Minho	59,4	24,4	10,0	2,7	3,5
Trás-os-Montes	65,7	21,9	5,8	2,9	3,6
Beira Interior	75,0	16,7	4,8	0,6	3,0
Beira Litoral	60,4	25,2	7,7	3,5	3,2
Ribatejo e Oeste	48,6	25,3	16,3	3,8	6,0
Alentejo	55,5	25,0	9,9	5,1	4,4
Algarve	60,0	15,0	20,0	0,0	5,0
Portugal Continental	58,8	23,8	10,1	3,2	4,0

Gráfico 3.4.8. Despesas em material e deslocações em 1998 (% de pescadores desportivos)



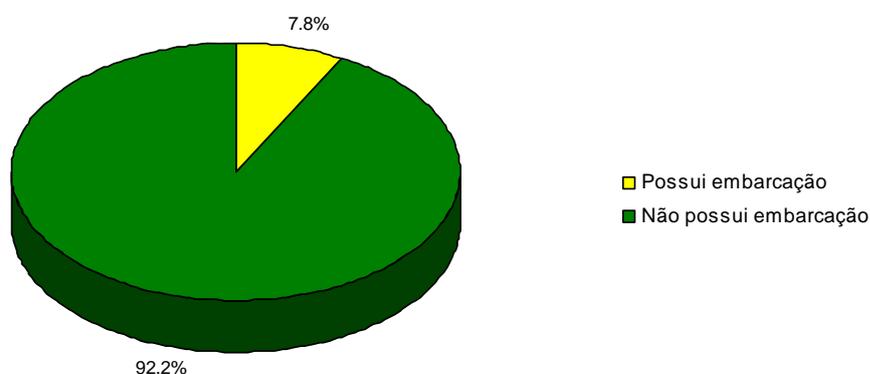
9. EM 1998, POSSUIA EMBARCAÇÃO?

Em 1998 apenas 7,8% dos pescadores desportivos de águas interiores afirmaram possuir uma embarcação.

Tabela 3.4.9. Disponibilidade de embarcação em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Possui embarcação	Não possui embarcação
Portugal Continental	7,8	92,2

Gráfico 3.4.9. Disponibilidade de embarcação em 1998 (% de pescadores desportivos)

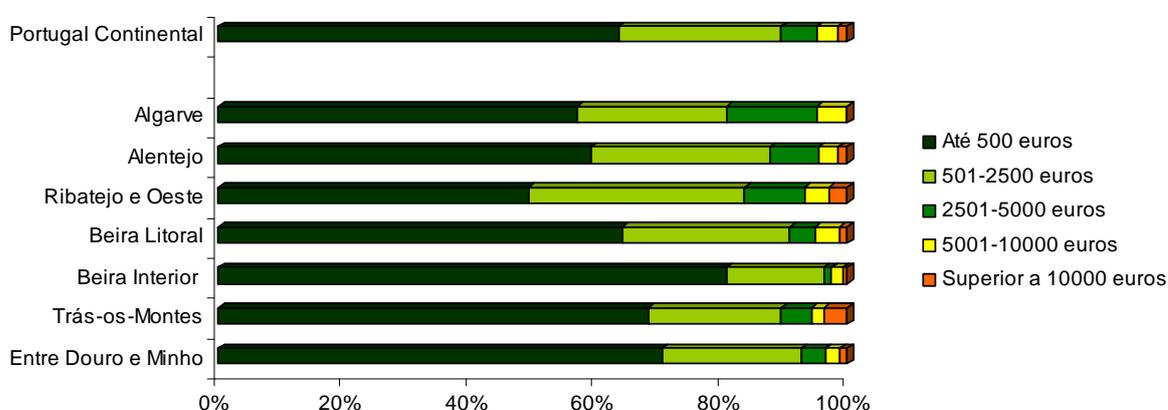
**10. NO FINAL DE 1998, QUANTO POSSUIA EM MATERIAL DE PESCA? (INCLUA EMBARCAÇÃO E DEMAIS EQUIPAMENTO)**

Mais de metade dos pescadores inquiridos, por todas as regiões, estimou possuir até 500 euros em material de pesca, salientando-se a região da Beira Interior onde 80,7% dos pescadores admite ter até 500 euros em material, sucedendo-se as regiões de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes.

A percentagem de indivíduos com património em material de pesca entre 501 a 2500 euros situa-se entre os 20 a 35%, estando a taxa mais elevada registada na região do Ribatejo e Oeste com 34,4%. Com património compreendido entre os 2501 e os 10000 euros, salienta-se a região do Algarve, e na última classe, de património superior a 10000 euros, destaca-se o valor máximo de 3,8%, registado na região de Trás-os-Montes.

Tabela 3.4.10. Património em material de pesca em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Até 500 euros	501-2500 euros	2501-5000 euros	5001-10000 euros	Superior a 10000 euros
Entre Douro e Minho	70,4	22,1	3,9	2,4	1,1
Trás-os-Montes	68,3	21,2	4,8	1,9	3,8
Beira Interior	80,7	15,5	1,2	1,9	0,6
Beira Litoral	64,1	26,6	3,9	3,9	1,3
Ribatejo e Oeste	49,3	34,4	9,6	3,9	2,8
Alentejo	59,2	28,5	7,6	3,2	1,4
Algarve	57,1	23,8	14,3	4,8	0,0
Portugal Continental	63,7	25,9	5,7	3,2	1,6

Gráfico 3.4.10. Património em material de pesca em 1998 (% de pescadores desportivos)

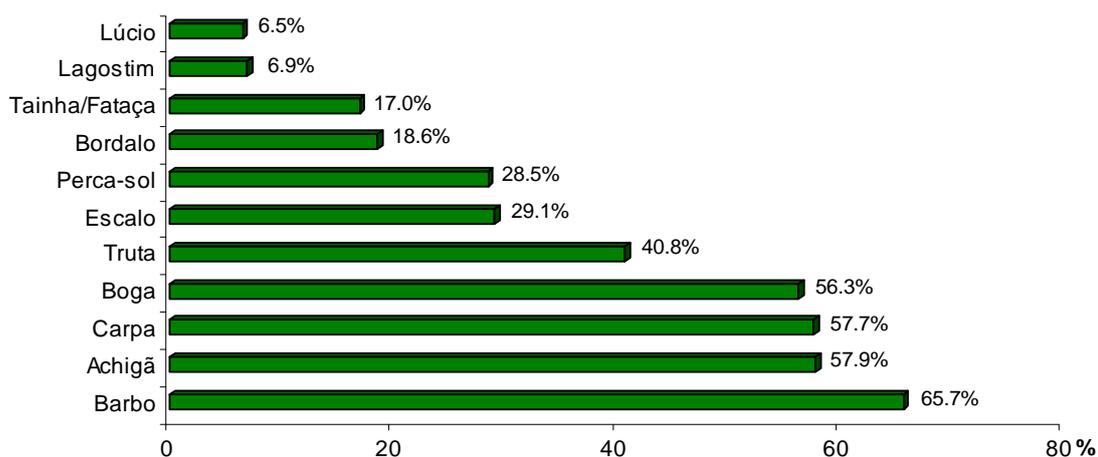
11. EM 1998, QUE ESPÉCIES PESCOU (E EM ALGUMAS ESPÉCIES, QUE ISCO UTILIZOU)?

As espécies aquícolas mais pescadas foram, por ordem decrescente: barbos, achigãs, carpas, bogas, e trutas, seguindo-se os escalos, percas-sol, bordalos, tainhas/fataças, lagostins e por fim os lúcios.

Tabela 3.4.11. Espécies aquícolas pescadas em 1998 (% de pescadores desportivos)

Portugal Continental	
Achigã	57,9
Barbo	65,7
Boga	56,3
Bordalo	18,6
Carpa	57,7
Escalo	29,1
Lagostim	6,9
Lúcio	6,5
Perca-sol	28,5
Tainha/Fataça	17,0
Truta	40,8

Gráfico 3.4.11. Espécies aquícolas pescadas em 1998 (% de pescadores desportivos)

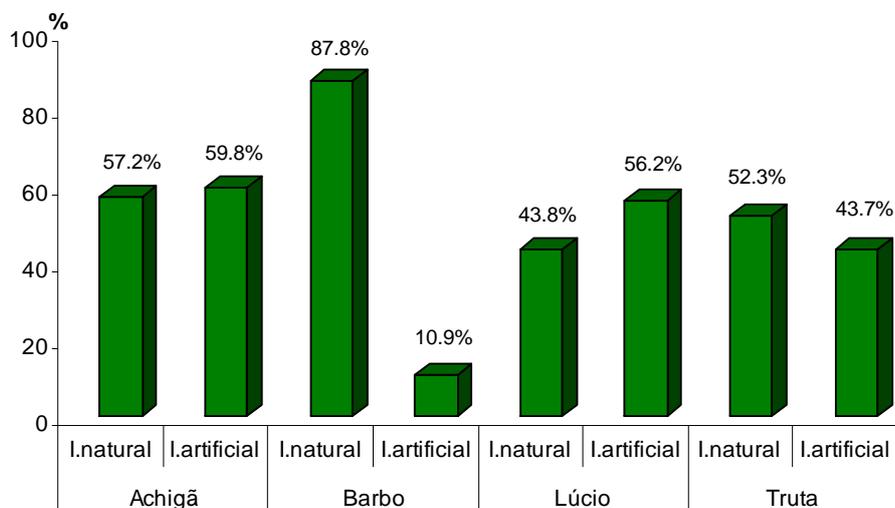


No que diz respeito aos iscos mais utilizados, verifica-se uma clara preferência pela utilização de isco natural na pesca do barbo, e também na da truta; os iscos artificiais são mais utilizados na pesca ao lúcio e ao achigã, contudo, essa tendência não é significativa.

Tabela 3.4.12. Iscos utilizados para algumas espécies em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Achigã		Barbo		Lúcio		Truta	
	I.natural	I.artificial	I.natural	I.artificial	I.natural	I.artificial	I.natural	I.artificial
Portugal Continental	57,2	59,8	87,8	10,9	43,8	56,2	52,3	43,7

Gráfico 3.4.12. Iscos utilizados para algumas espécies em 1998 (% de pescadores desportivos)



12. EM 1998, RELATIVAMENTE A 1997, AS SUAS CAPTURAS DAS ESPÉCIES A SEGUIR MENCIONADAS AUMENTARAM, ESTABILIZARAM OU DIMINUÍRAM?

A avaliação da evolução anual das capturas das diferentes espécies aquícolas foi feita considerando o diferencial entre a taxa de diminuição das capturas e a taxa de aumento, bem como a percentagem de pescadores que estimaram ter ocorrido uma estabilização nessas capturas.

Assim, explorando a tabela, é possível concluir que houve uma acentuada diminuição de capturas no caso da truta, seguindo-se o achigã e o lúcio; no caso das carpas e, principalmente, dos lagostins, relativamente aos dados obtidos para 1996, verifica-se um aumento de capturas.

Tabela 3.4.13. Evolução das capturas em 1998 em relação ao ano anterior (% de pescadores desportivos)

	Aumento	Estabilização	Diminuição	Saldo
Achigã	23,1	33,5	43,4	-20,3
Barbo	21,7	46,2	32,1	-10,3
Boga	19,1	41,3	39,6	-20,5
Carpa	40,2	33,3	26,5	13,7
Lagostim	44,1	23,1	32,8	11,2
Lúcio	16,4	43,0	40,6	-24,2
Truta	10,0	23,0	67,5	-57,8

Gráfico 3.4.13. Evolução das capturas em 1998 em relação ao ano anterior (% de pescadores desportivos)

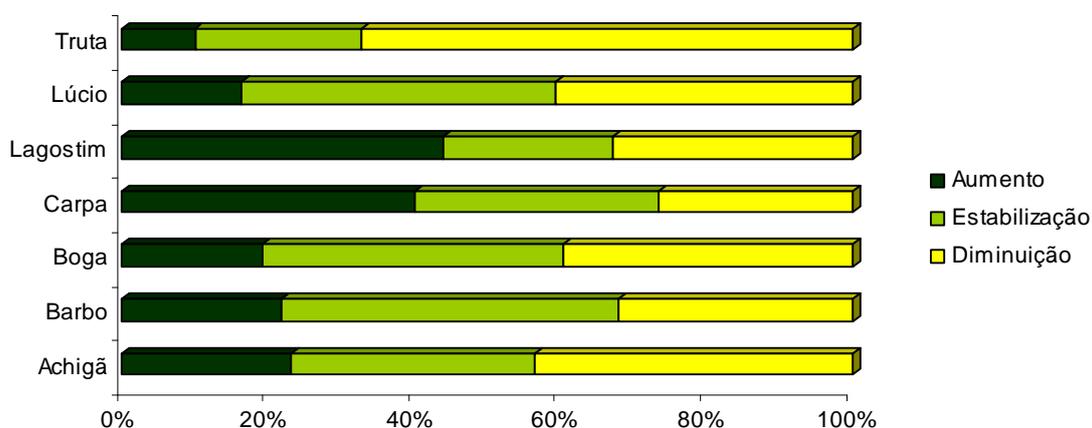
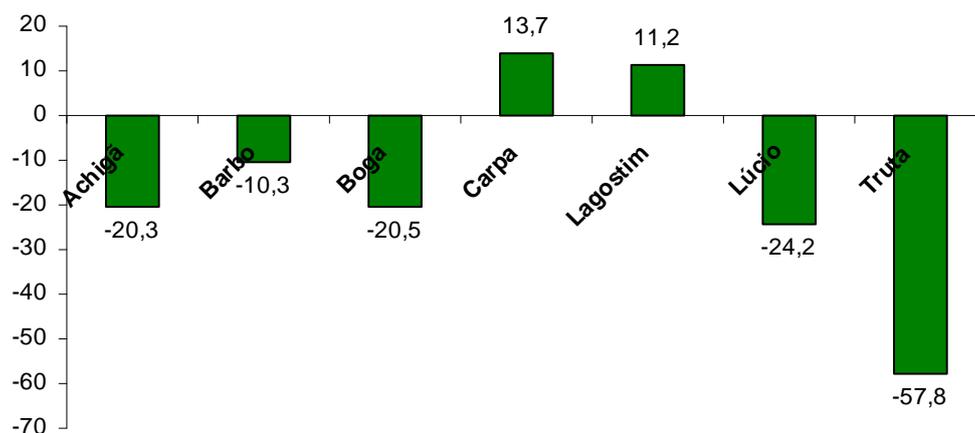
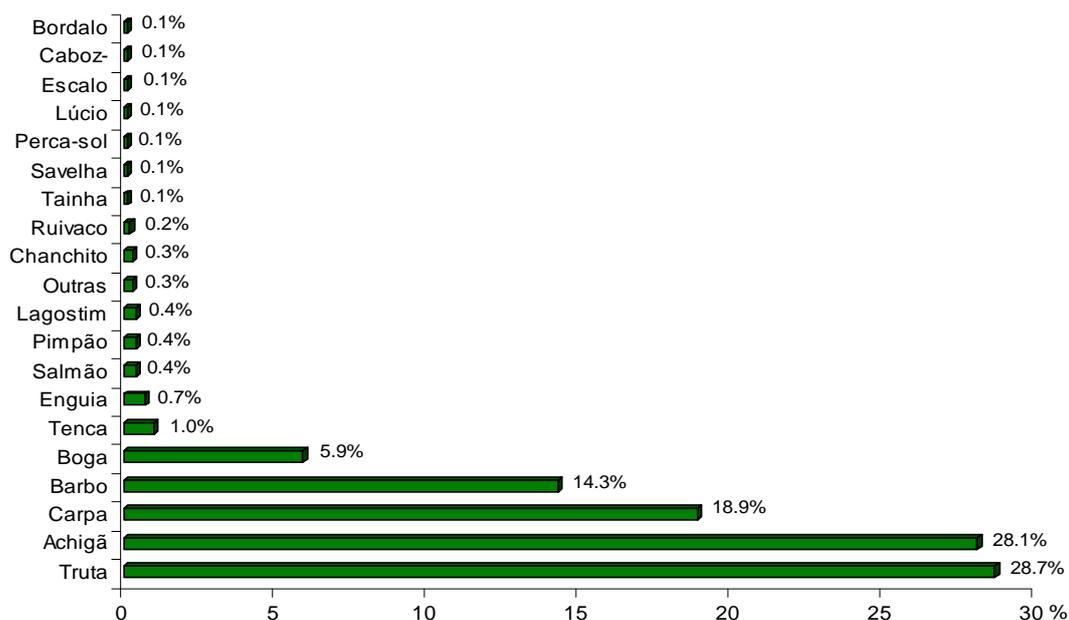


Gráfico 3.4.14. Saldo das capturas em 1998 em relação ao ano anterior**13. QUE ESPÉCIE PREFERE PESCAR?**

A preferência dos pescadores desportivos portugueses vai para a truta, com 28,7%, seguindo-se o achigã, com 28,1%, a carpa e o barbo, com 18,9% e 14,3% respectivamente, e finalmente a boga, com 5,9%.

Tabela 3.4.14. Espécies aquícolas preferidas em 1998 (% de pescadores desportivos)

Portugal Continental	
Achigã	28,1
Barbo	14,3
Boga	5,9
Bordalo	0,1
Caboz-de-água-doce	0,1
Carpa	18,9
Chanchito	0,3
Enguia	0,7
Escalo	0,1
Lagostim	0,4
Lúcio	0,1
Perca-sol	0,1
Pimpão	0,4
Ruivaco	0,2
Salmão	0,4
Savelha	0,1
Tainha	0,1
Tenca	1,0
Truta	28,7
Outras espécies	0,3

Gráfico 3.4.15. Espécies aquícolas preferidas em 1998 (% de pescadores desportivos)

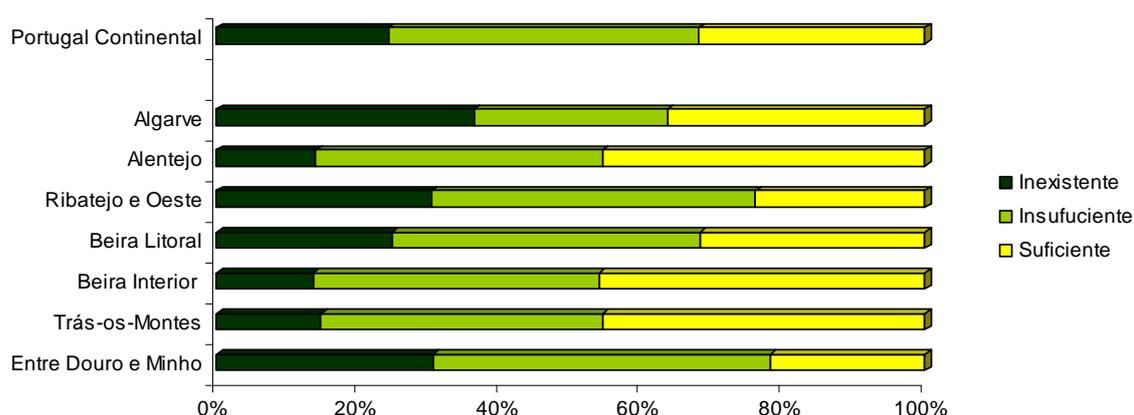
14. EM TERMOS QUANTITATIVOS, COMO CLASSIFICA A FISCALIZAÇÃO ACTUAL?

Examinando a tabela, é possível constatar que nas regiões de Entre Douro e Minho, Ribatejo e Oeste e Beira Litoral a maior percentagem de inquiridos encaram a fiscalização como insuficiente, ou até mesmo inexistente, principalmente nos casos de Entre Douro e Minho (30,6%) e do Ribatejo e Oeste (30,3%). No Algarve verifica-se uma situação peculiar, com a percentagem de pescadores que consideram a fiscalização inexistente igual à dos pescadores que pensam ser suficiente (36,4%). Relativamente à maior percentagem de pescadores a considerar a fiscalização suficiente, regista-se na Beira Interior, com 46%, seguindo-se as regiões do Alentejo, 45,6% e de Trás-os-Montes, com 45,5%.

Comparando com os resultados do inquérito anterior, é possível constatar que, a nível nacional, a percentagem de pescadores que consideram a fiscalização existente suficiente aumentou, ligeiramente, tendo a percentagem de indivíduos que consideram ser inexistente diminuído.

Tabela 3.4.15. Quantificação da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Inexistente	Insuficiente	Suficiente
Entre Douro e Minho	30,6	47,6	21,8
Trás-os-Montes	14,7	39,9	45,5
Beira Interior	13,6	40,3	46,0
Beira Litoral	24,7	43,6	31,7
Ribatejo e Oeste	30,3	45,8	23,9
Alentejo	14,0	40,4	45,6
Algarve	36,4	27,3	36,4
Portugal Continental	24,2	43,9	31,9

Gráfico 3.4.16. Quantificação da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos)

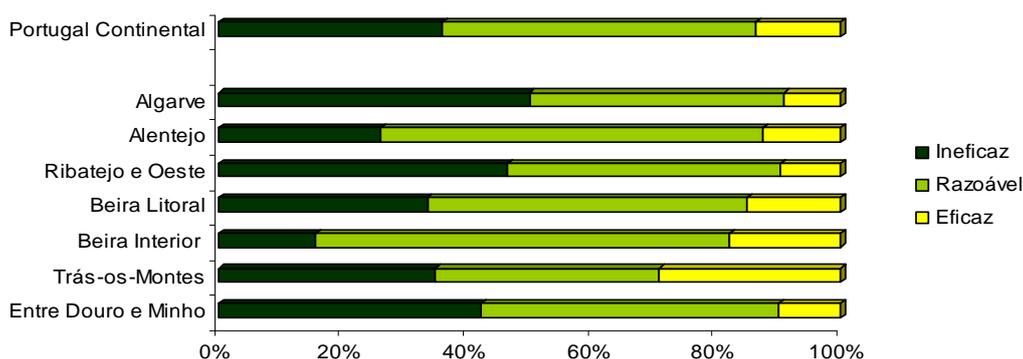
15. EM TERMOS QUALITATIVOS, COMO CONSIDERA A FISCALIZAÇÃO ACTUAL?

A maior percentagem de insatisfação está registada na região do Algarve, com 50% dos pescadores a considerarem a fiscalização existente de ineficaz, para além dos pescadores do Ribatejo e Oeste e de Entre Douro e Minho. Contudo, grande parte dos inquiridos avalia a fiscalização como razoável, encontrando-se as maiores percentagens nas regiões da Beira Interior, Alentejo e Beira Litoral, com 66,3%, 61,4% e 51,3%, respectivamente. Em Trás-os-Montes, 29,3% dos inquiridos vê a fiscalização como eficaz.

Tabela 3.4.16. Qualificação da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Ineficaz	Razoável	Eficaz
Entre Douro e Minho	42,1	47,9	10,0
Trás-os-Montes	35,0	35,7	29,3
Beira Interior	15,7	66,3	18,0
Beira Litoral	33,6	51,3	15,1
Ribatejo e Oeste	46,6	43,7	9,7
Alentejo	26,0	61,4	12,6
Algarve	50,0	40,9	9,1
Portugal Continental	36,1	50,3	13,6

Gráfico 3.4.17. Qualificação da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos)



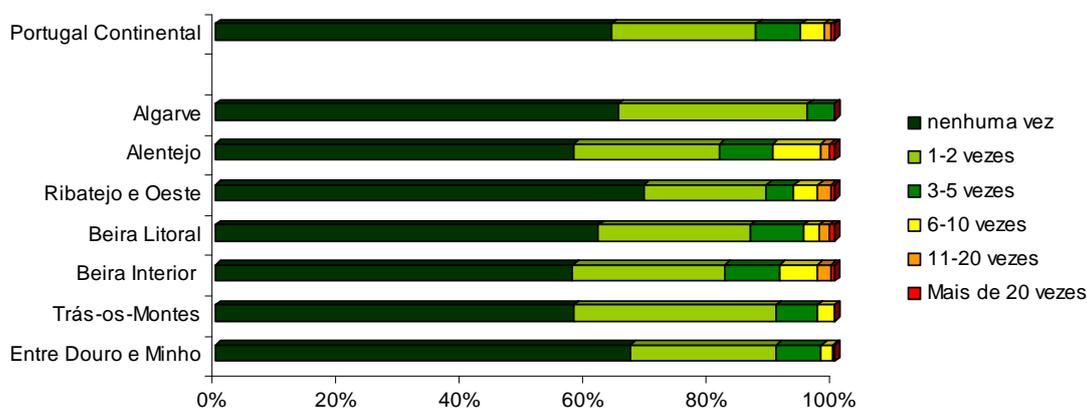
16. EM 1998, QUANTAS VEZES FOI FISCALIZADO?

Em Portugal Continental, e de forma generalizada por todas as regiões, entre 60 a 70% dos pescadores desportivos inquiridos nunca foram fiscalizados, durante o ano de 1998. No caso de terem sido, a maioria foi não mais do que duas vezes.

Tabela 3.4.17. Frequência da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Nenhuma vez	1-2 vezes	3-5 vezes	6-10 vezes	11-20 vezes	Mais de 20 vezes
Entre Douro e Minho	67,0	23,7	7,3	1,9	0,2	0,0
Trás-os-Montes	58,0	32,7	6,8	2,7	0,0	0,0
Beira Interior	58,0	24,6	8,9	6,1	2,2	0,6
Beira Litoral	62,0	24,6	8,5	2,6	1,5	0,9
Ribatejo e Oeste	69,0	19,7	4,4	3,9	2,1	0,5
Alentejo	58,0	23,4	8,6	7,9	1,4	0,7
Algarve	65,0	30,4	4,3	0,0	0,0	0,0
Portugal Continental	64,0	23,4	7,2	3,8	1,2	0,4

Gráfico 3.4.18. Frequência da fiscalização em 1998 (% de pescadores desportivos)



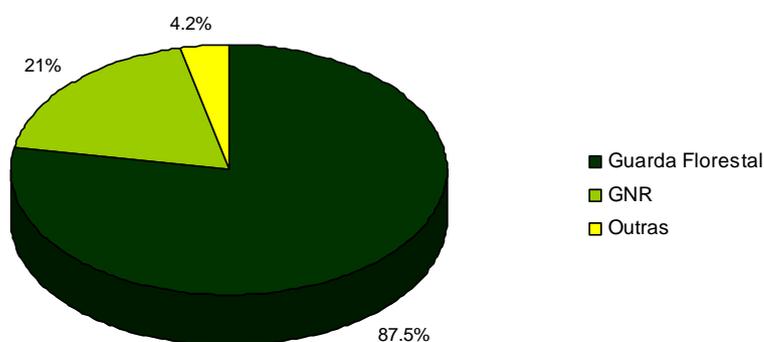
17. SE FOI FISCALIZADO EM 1998, QUEM A EFECTUOU?

Tal como no ano anterior, a fiscalização em 1998 foi predominantemente realizada pelos Guardas Florestais (87,5%); contudo, em 21% dos casos, a fiscalização ficou a cargo dos agentes da GNR e em 4,2% de outras entidades.

Tabela 3.4.18. Entidades fiscalizadoras em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Guarda Florestal	GNR	Outras
Portugal Continental	87,5	21	4,2

Gráfico 3.4.19. Entidades fiscalizadoras em 1998 (% de pescadores desportivos)



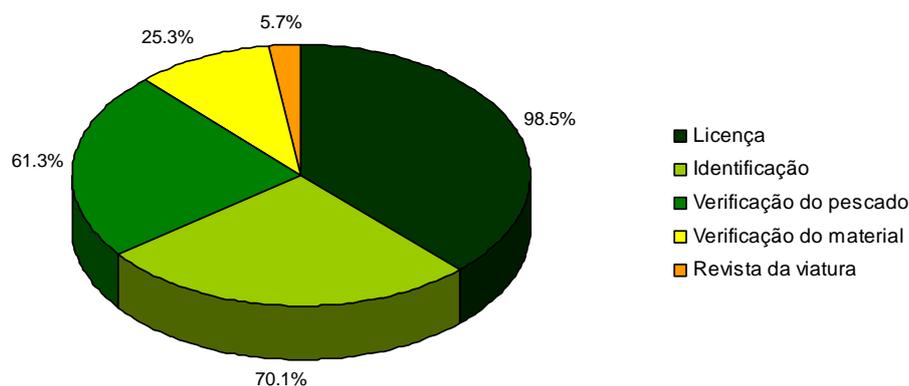
18. SE FOI FISCALIZADO EM 1998, O QUE LHE PEDIRAM?

Na maioria dos casos, a fiscalização incidiu sobre a posse de licença de pesca (98,5%), seguindo-se a verificação dos documentos de identificação, a verificação dos exemplares capturados, a verificação do material de pesca e a revista da viatura.

Tabela 3.4.19. Elementos fiscalizados em 1998 (% de pescadores desportivos)

	Licença	Identificação	Verificação do pescado	Verificação do material	Revista da viatura
Portugal Continental	98,5	70,1	61,3	25,3	5,7

Gráfico 3.4.20. Elementos fiscalizados em 1998 (% de pescadores desportivos)



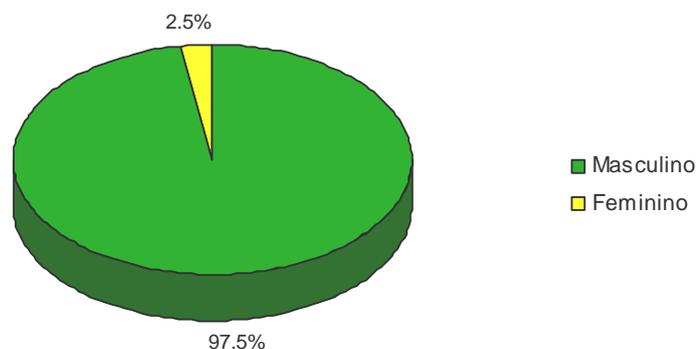
19. GÉNERO?

Os pescadores desportivos são, maioritariamente em todas as regiões, do género masculino, existindo apenas 2,5% de pescadoras em Portugal Continental, menos 1,3% em relação aos valores obtidos no inquérito realizado em 1998.

Tabela 3.4.20. Dados pessoais dos inquiridos – género (% de pescadores desportivos)

	Masculino	Feminino
Entre Douro e Minho	97,9	2,1
Trás-os-Montes	95,9	4,1
Beira Interior	97,8	2,2
Beira Litoral	96,4	3,6
Ribatejo e Oeste	97,4	2,6
Alentejo	98,3	1,7
Algarve	100,0	0,0
Portugal Continental	97,5	2,5

Gráfico 3.4.21. Dados pessoais dos inquiridos – género (% de pescadores desportivos)



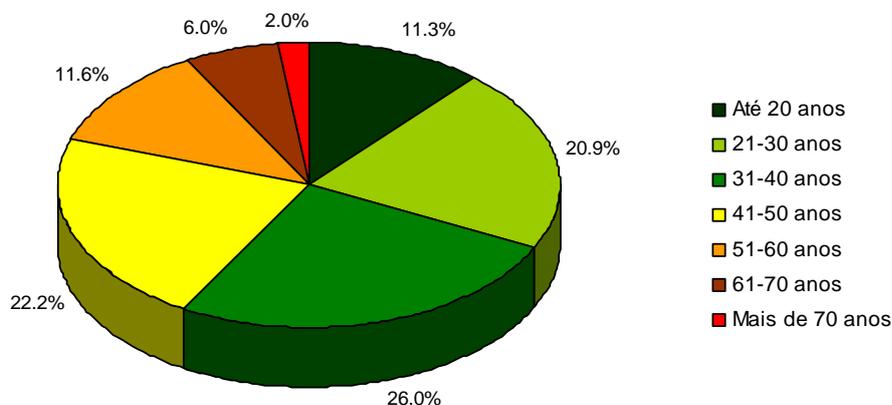
20. IDADE?

No que diz respeito à faixa etária, as maiores percentagens verificam-se entre as classes dos 31 anos aos 40, e dos 41 aos 50 anos, um pouco por todas as regiões, seguindo-se a classe dos 21 aos 30 anos, com uma diferença pouco substancial. A classe com menor representação é a de mais de 70 anos, com apenas 2% de pescadores a nível nacional.

Tabela 3.4.21. Dados pessoais dos inquiridos – idade (% de pescadores desportivos)

	Até 20 anos	21-30 anos	31-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	61-70 anos	Mais de 70 anos
Entre Douro e Minho	9,7	18,6	29,5	23,0	11,8	6,0	1,4
Trás-os-Montes	11,2	22,4	19,6	26,6	11,9	7,0	1,4
Beira Interior	24,7	26,4	23,0	19,1	3,9	2,2	0,6
Beira Litoral	9,8	20,5	26,4	24,0	10,1	5,9	3,3
Ribatejo e Oeste	9,9	20,2	25,7	20,2	16,0	6,0	2,1
Alentejo	9,4	21,6	25,4	21,3	11,8	7,7	2,8
Algarve	9,5	9,5	28,6	33,3	9,5	9,5	0,0
Portugal Continental	11,3	20,9	26,0	22,2	11,6	6,0	2,0

Gráfico 3.4.22. Dados pessoais dos inquiridos – idade (% de pescadores desportivos)



21. GRAU DE ESCOLARIDADE?

Há semelhança dos resultados obtidos no inquérito de 1998, também neste caso se constata uma maior predominância de pescadores com escolaridade ao nível do ensino secundário. Seguidamente, posicionam-se os pescadores com frequência do ensino primário ou básico, os

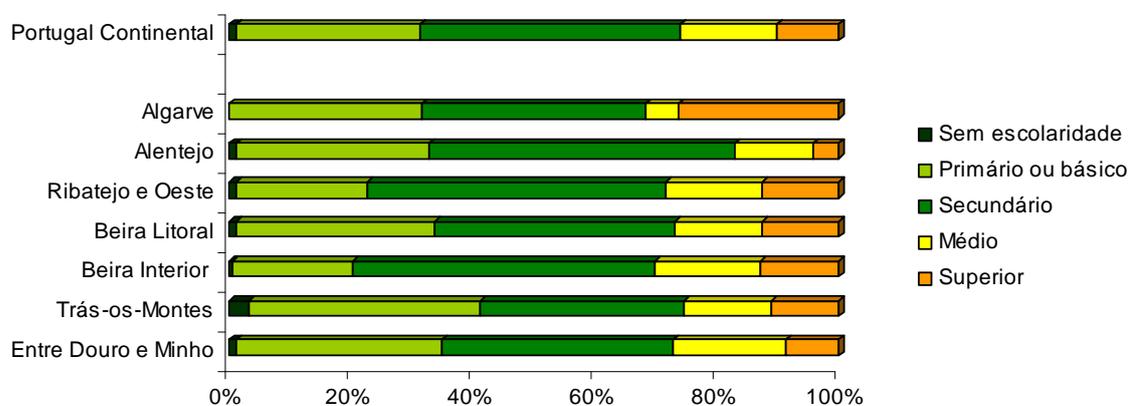
de ensino médio, ensino superior e, com menor representatividade, os pescadores sem escolaridade.

É exceção a região de Trás-os-Montes, onde se verifica, relativamente às outras regiões, uma taxa mais elevada de praticantes sem escolaridade e uma predominância de pescadores com grau de escolaridade primário ou básico.

Tabela 3.4.22 Dados pessoais dos inquiridos – grau de escolaridade (% de pescadores desportivos)

	Sem escolaridade	Primário ou básico	Secundário	Médio	Superior
Entre Douro e Minho	1,4	33,5	37,7	18,7	8,6
Trás-os-Montes	3,4	37,9	33,1	14,5	11,0
Beira Interior	0,6	19,8	49,4	17,4	12,8
Beira Litoral	1,2	32,6	39,2	14,5	12,5
Ribatejo e Oeste	1,3	21,5	48,7	16,0	12,5
Alentejo	1,4	31,5	50,0	12,9	4,2
Algarve	0,0	31,6	36,8	5,3	26,3
Portugal Continental	1,4	30,1	42,4	15,9	10,2

Gráfico 3.4.23. Dados pessoais dos inquiridos – grau de escolaridade (% de pescadores desportivos)



22. PROFISSÃO?

Relativamente à profissão, verifica-se que, em todas as regiões de Portugal Continental, o maior número de pescadores desportivos pertence à classe dos operários, artífices e trabalhadores similares, seguindo-se a classe do pessoal dos serviços e vendedores e dos estudantes.

Na região do Algarve é de salientar a existência de um número considerável de especialistas das profissões intelectuais e científicas a dedicarem-se à pesca desportiva nas águas interiores, bem como alguns técnicos profissionais de nível intermédio. Na Beira Interior, a maior percentagem de pescadores pertence à classe dos estudantes, e na região de Trás-os-Montes esta classe apresenta uma percentagem igual à da classe operária (20%).

A classe com menor número de indivíduos, que se dedicam a esta actividade recreativa, é a dos desempregados, rondando apenas o 1% de praticantes, e a dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, embora na região do Alentejo e de Trás-os-Montes exista uma percentagem significativa de pescadores desportivos a exercerem estas actividades profissionais.

Gráfico 3.4.24. Dados pessoais dos inquiridos – profissão (% de pescadores desportivos)



Tabela 3.4.23. Dados pessoais dos inquiridos – profissão (% de pescadores desportivos)

	Quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	Trabalhadores não qualificados	Estudantes	Desempregados	Reformados
Entre Douro e Minho	9,4	7,3	8,8	5,6	13,7	1,5	24,4	5,1	7,0	8,5	1,3	7,3
Trás-os-Montes	4,2	10,8	8,3	5,8	6,7	7,5	20,0	4,2	3,3	20,0	1,7	7,5
Beira Interior	2,4	7,9	9,1	7,3	7,3	3,0	23,8	3,7	2,4	27,4	1,8	3,7
Beira Litoral	3,3	10,3	10,7	8,0	11,3	3,3	24,3	7,3	3,3	8,0	0,3	9,7
Ribatejo e Oeste	2,0	10,8	12,3	9,6	11,1	1,2	23,1	8,8	2,9	10,2	0,0	7,9
Alentejo	2,5	2,1	4,2	8,9	15,3	8,5	25,8	8,1	1,7	13,6	0,8	8,5
Algarve	5,0	25,0	10,0	0,0	10,0	0,0	30,0	0,0	5,0	5,0	0,0	10,0
Portugal Continental	4,7	8,3	9,3	7,5	12,0	3,3	24,1	6,2	4,1	11,9	0,8	7,8

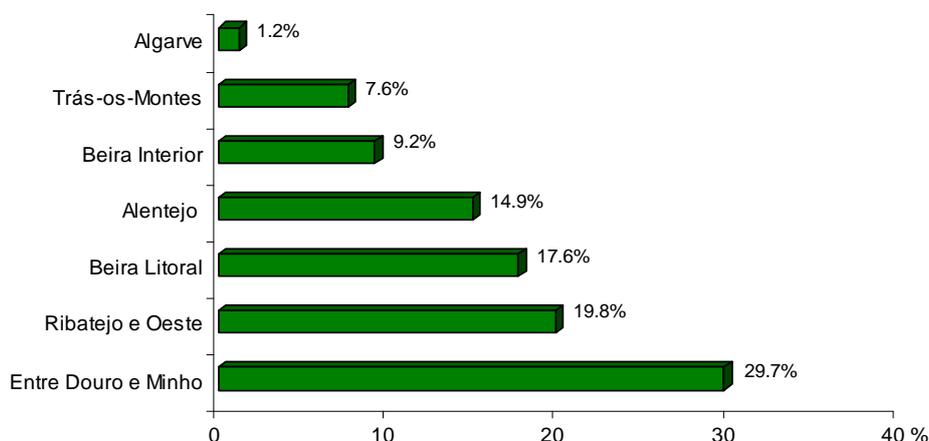
23. CONCELHO DE RESIDÊNCIA?

Em 1999, existia um maior número de pescadores residentes na região de Entre Douro e Minho (29,7%), seguindo-se as regiões de Ribatejo e Oeste, Beira Litoral, Alentejo, Beira Interior, Trás-os-Montes e, com apenas 1,2%, a região do Algarve.

Tabela 3.4.24. Dados pessoais dos inquiridos – região de residência (% de pescadores desportivos)

Entre Douro e Minho	29,7
Trás-os-Montes	7,6
Beira Litoral	17,6
Beira Interior	9,2
Ribatejo e Oeste	19,8
Alentejo	14,9
Algarve	1,2

Gráfico 3.4.25. Dados pessoais dos inquiridos – região de residência (% de pescadores desportivos)



24. TIPO DE LICENÇA REQUERIDA?

A nível nacional, os valores apontam para a aquisição em maior número de licenças do tipo nacional e regional, em detrimento das de concelhia e das dominicais (0,1%, em Portugal Continental).

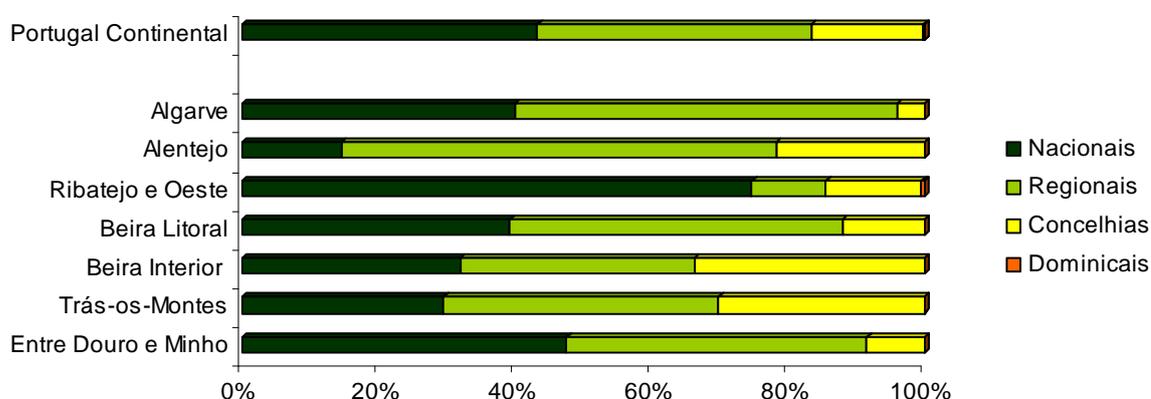
Analisando a tabela, é possível concluir que os pescadores das regiões do Ribatejo e Oeste e Entre Douro e Minho comprar maior número de licenças nacionais; as licenças regionais são

mais adquiridas pelos pescadores do Alentejo e Algarve, e também pelos da Beira Litoral e de Trás-os-Montes; as licenças de concelhia são mais vendidas a pescadores da Beira Interior, sendo nesta região que se verifica uma maior equitatividades entre os valores dos 3 tipos de licenças requeridas (nacionais, regionais e de concelhia).

Tabela 3.4.25. Dados pessoais dos inquiridos – tipo de licença requerida em 1998 (% licenças concedidas)

	Nacionais	Regionais	Concelhias	Dominicais
Entre Douro e Minho	47,6	43,9	8,5	0,0
Trás-os-Montes	29,5	40,4	30,1	0,0
Beira Interior	32,0	34,3	33,7	0,0
Beira Litoral	39,3	48,7	12,0	0,0
Ribatejo e Oeste	74,7	10,7	14,0	0,5
Alentejo	14,6	63,7	21,7	0,0
Algarve	40,0	56,0	4,0	0,0
Portugal Continental	43,3	40,1	16,5	0,1

Gráfico 3.4.26. Dados pessoais dos inquiridos – tipo de licença requerida em 1998 (% licenças concedidas)

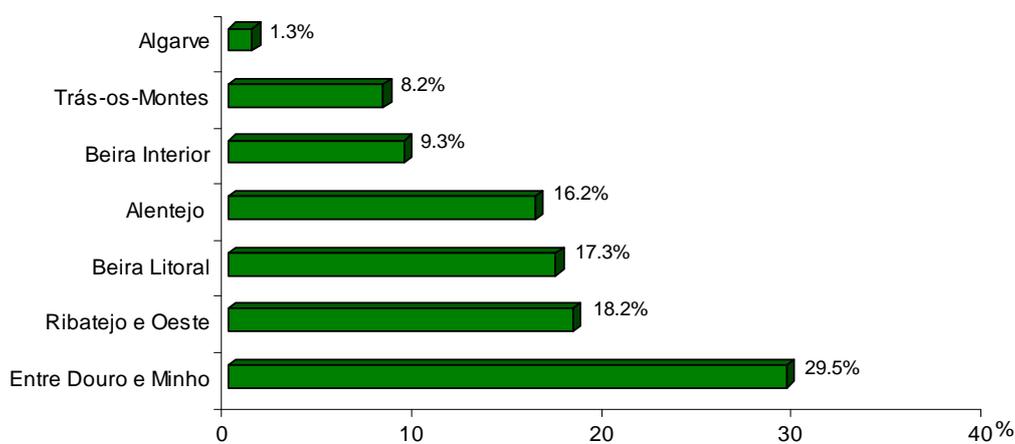


25. CONCELHO ONDE REQUEREU A LICENÇA?

Foi nos concelhos de Entre Douro e Minho que se registou mais requisições de licenças de pesca desportiva, facto que estará relacionado com a existência de maior número de praticantes a residirem na região. As restantes regiões ficam ordenadas, de forma decrescente, pela seguinte ordem: Ribatejo e Oeste, Beira Litoral, Alentejo, Beira Interior, Trás-os-Montes e, com apenas 1,3%, a região do Algarve.

Tabela 3.4.26. Região onde foi requerida a licença de pesca em 1998 (% pescadores desportivos)

Entre Douro e Minho	29,5
Trás-os-Montes	8,2
Beira Litoral	17,3
Beira Interior	9,3
Ribatejo e Oeste	18,2
Alentejo	16,2
Algarve	1,3

Gráfico 3.4.27. Região onde foi requerida a licença de pesca em 1998 (% pescadores desportivos)

3.5. Considerações finais

Pelos resultados obtidos nos inquéritos realizados durante os anos de 1998 e 1999, é possível concluir que os pescadores desportivos de Portugal Continental são, maioritariamente, do género masculino, denotando-se uma maior incidência de praticantes com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos, e que pescam à mais de 11 anos. É um desporto praticado, principalmente, por indivíduos com uma situação profissional activa e por reformados e estudantes, que na sua generalidade não estão integrados em Clubes ou Associações, e que costumam dedicar, pelo menos durante uma hora, até 60 dias à pesca.

A nível financeiro, a maioria dos inquiridos declarou possuir um património em material de pesca até 500 euros, e cerca de ¼ apreciou o seu material entre 501 e 2500 euros; um pequeno número de inquiridos possuía um património superior a 10000 euros. No que diz respeito à mobilidade em relação ao local de residência, uma elevada percentagem de pescadores deslocou-se até 100 km, não tendo sido necessário alojamento, e um menor número chegou a realizar deslocações de mais de 200 km para pescar. Nestes casos, o

alojamento mais escolhido foi a casa própria, de familiares ou de amigos, seguindo-se a hotelaria e os parques de campismo. Relativamente a despesas em material e deslocações, e indo ao encontro do que foi verificado em relação ao património e mobilidade, grande parte dos inquiridos estimou gastar até 250 euros por ano; no entanto, aproximadamente ¼ considerou despesas na ordem dos 251 a 500 euros, e um número reduzido apontou para despesas superiores a 1500 euros.

As espécies aquícolas mais pescadas foram os barbos, carpas, bogas, achigãs, trutas e escalos, seguindo-se as percas-sol, os bordalos, tainhas/fataças, lagostins e por fim os lúcios; no entanto, as preferências dos pescadores desportivos recaíram, principalmente, para as trutas, achigãs, carpas e barbos.

No que diz respeito à fiscalização, grande parte dos pescadores considerou ser insuficiente em termos quantitativos, nunca tendo sido fiscalizados durante os anos a que se reporta a questão; contudo, qualitativamente apreciaram-na como razoável. A maioria das fiscalizações foram efectuadas pelos Guardas Florestais, e em menor número pela GNR, e os elementos mais fiscalizados foram a licença de pesca desportiva e a identificação pessoal, seguindo-se a verificação do pescado e do material.

Em suma, a pesca desportiva nas águas interiores é uma actividade recreativa que conta, actualmente, no nosso país, com cerca de 219 mil praticantes, constituindo, portanto, uma área importante da utilização de recursos biológicos naturais e da gestão de recursos hídricos, ocupando os pescadores desportivos de águas interiores um lugar preponderante na gestão do património natural. Assim, de forma a conseguir uma gestão sustentável dos recursos aquícolas, é necessário, cada vez mais, para além de estudar as características intrínsecas dos ecossistemas, aprofundar o conhecimento das dimensões humanas inerentes a esta actividade de lazer, que tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos, acompanhando os avanços tecnológicos que proporcionam novos e melhores materiais, melhores técnicas, novas práticas, maior especialização dos praticantes, etc.